

A AMÉRICA LATINA NA ENCRUZILHADA¹

THEOTONIO DOS SANTOS²

A encruzilhada diante das crises do neoliberalismo

A dissolução do bloco monolítico que representou o pensamento único nas décadas de 1980 e 1990 está chegando a seu ponto crítico, entretanto o cadáver não está enterrado e não está claro quem serão os responsáveis de sepultá-lo. A tarefa é muito mais difícil do que pode parecer à primeira vista. Trata-se de fenômeno muito complexo que tem demasiados lados que se entrecruzam.

Em primeiro lugar, como vimos, o triunfo do neoliberalismo como doutrina econômica foi o resultado de uma enorme onda de descenso econômico, iniciada entre 1966 e 1967, quando os Estados Unidos buscaram manter seu crescimento econômico por meio de uma nova onda de gastos militares que se canalizaram para a guerra do Vietnã. As políticas conhecidas como anticíclicas, de inspiração keynesiana, começavam a mostrar seus limites.

Isto ocorreu em um momento em que os gastos públicos saltavam para um novo nível, como consequência do auge dos gastos com o chamado Estado de bem-estar e a campanha de Lyndon Johnson para a Grande Sociedade, que pretendia eliminar a pobreza nos Estados Unidos.

A tensão gerada entre esses novos gastos militares e os antigos gastos de bem-estar levaram a novas mobilizações de conteúdo social e a uma

1 Este artigo é adaptado do capítulo VIII de *Desenvolvimento e civilização – uma homenagem a Celso Furtado*, obra a ser publicada pelo Centro Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro. O capítulo é aqui antecipado aos leitores da *Revista de Administração Política*, da UFBA.

2 Professor emérito da Universidade Federal Fluminense (UFF), professor visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), presidente da Cátedra da Unesco e da Universidade das Nações Unidas (UNU/ONU) sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (Reggen).

ampliação do seu ideário. Ao mesmo tempo, o aumento dos gastos públicos passou a pressionar os Estados Unidos para elevar as importações, ao mesmo tempo em que cresciam cada vez mais as despesas dos cidadãos e do governo estadunidense no exterior. O déficit do balanço de pagamentos se fez mais sério com a chegada do déficit comercial, em 1969, para instalar-se definitivamente na nova fase de vida do império norte-americano. Desde essa época, os desequilíbrios básicos das contas externas dos Estados Unidos continuam a crescer, levando-nos a uma nova era de desequilíbrios na economia mundial.

É importante compreender que, com o tempo, esgotam-se os mecanismos fundamentais de crescimento econômico que se desenvolveram durante os anos de ascensão econômica, iniciados depois da Segunda Guerra Mundial. Esses mecanismos estiveram associados ao triunfo das ideias de Keynes na ciência econômica, que serviram de base teórica para uma nova fase do pensamento liberal, o qual se libertava da noção de equilíbrio geral como centro da mecânica econômica e rompia com alguns princípios fundamentais do liberalismo, como o padrão ouro e o equilíbrio fiscal.

É importante considerar também que o auge das lutas sociais no período do pós-guerra, depois dos anos de graves confrontos, iniciadas em 1917 com a revolução russa, não deixava espaço para o chamado “livre mercado” que, segundo Keynes, não permitia alcançar espontaneamente o pleno emprego, o qual se convertia no objetivo fundamental das políticas econômicas.³ O declínio do crescimento econômico, em 1967, anunciava um novo período da economia mundial que permitiu a volta dos altos índices de desemprego. Ao mesmo tempo, o aumento da dívida pública, exacerbada pela aventura militar, exercia fortes pressões inflacionárias. A combinação de inflação e queda do crescimento deu origem ao fenômeno da estagflação que desafiou a ortodoxia econômica de base keynesiana.

Esse foi o momento adequado para a entrada em cena do pensamento que na América Latina chamamos de neoliberal e que, corresponde, de fato, a uma visão neoconservadora como a veem os norte-americanos e os europeus. A implantação radical do neoliberalismo começa em 1973, quan-

³ Em 1946, após a aprovação das duas casas parlamentares, foi assinado pelo então presidente dos EUA, Harry S. Truman, em 20 de fevereiro desse ano, o *Employment Act*. Este estabelecia que o “O Congresso declara e estabelece como meta nacional o cumprimento do direito de todos à possibilidade de emprego remunerado útil com preços justos para todos os indivíduos capazes, dispostos e que procuram trabalho” (Livre tradução).

do a política econômica do governo fascista do general Augusto Pinochet foi entregue aos chamados *Chicago boys*.

Era na Universidade de Chicago que se havia refugiado o desmoralizado grupo de pensadores ultraliberais, a chamada Sociedade de Mont Pèlerin, que se reúne bianualmente, desde seu encontro em 1947. Entre eles ganhou destaque o monetarista radical Milton Friedman, que propôs uma política anti-inflacionária de base monetarista, que sempre contou com boa disposição do Fundo Monetário Internacional.

Não deve causar espanto esse vínculo do ultraliberalismo com o fascismo. Todos os chefes fascistas importantes se consolidaram no poder por meio de políticas de estabilização monetária, seguidas de períodos significativos de crescimento econômico moderado ou a simples estagnação da renda nacional.

Um exemplo significativo dessa ligação entre o ultraliberalismo e o fascismo se encontra no artigo de apresentação do livro do ministro das finanças de Hitler, Hjalmar Schacht, *Setenta e seis anos de minha vida*.⁴ Sob o subtítulo de “a autobiografia do mago da economia alemã da República de Weimar ao III Reich”, encontramos uma apresentação geral do livro, feita pelo então representante do Brasil no Conselho do Fundo Monetário Internacional, Alexandre Kafka; uma apresentação política por Bolívar Lamounier e, finalmente, a apresentação econômica por Gustavo Franco, que se considera o verdadeiro autor do plano real e que foi o presidente do Banco Central, em boa parte do governo Fernando Henrique Cardoso.

Aprendemos com o “teórico” do plano real que “as ideias de Schacht eram boas, mas estavam à frente de seu tempo”. E sabemos também que seu livro é “uma sucessão de classes ministradas por um maestro em um teatro que cobre os principais eventos do século XX”. Como se vê, o plano real do Brasil tem suas dívidas com o pensamento econômico parafascista.

Portanto, não é absurda a constatação de Joseph E. Stiglitz em referência ao Fundo Monetário Internacional. Em seu livro *Globalization and its discontents*,⁵ ele afirma:

A extensão dos condicionamentos significa que os países que aceitam as ajudas do Fundo têm que ceder uma grande parte de sua soberania

4 Hjalmar Schacht. *Setenta e seis anos de minha vida*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

5 Em português: *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

econômica. Algumas das objeções aos programas do FMI estão baseadas nisto e no conseqüente dano à democracia: em outros casos se baseiam no fato de que as condições exigidas não conseguem (ou não buscam) restaurar a saúde econômica.

Essa relação entre o pensamento único, o ultraneoliberalismo e o totalitarismo não é algo novo, como vimos, mas tem sido posta em segundo plano, nos últimos anos. Mas não devemos esquecer a relação estreita entre o governo de Nixon e o golpe de estado no Chile, em 1973, e o mesmo pode ser afirmado do período Reagan e as relações tão estreitas entre a senhora Thatcher e Pinochet. Na realidade, além de Pinochet, boa parte dos ministros da ditadura argentina, o aparato econômico de Yeltsin e, principalmente, os governos de Reagan, Thatcher e Kohl, assumiram oficialmente a perspectiva neoliberal em toda sua extensão.

Elas foram postas em prática no momento mais difícil da crise de longo prazo, iniciada em 1967. Essa se aprofundou, de 1973 a 1975; retornou de 1978 a 1981; foi combatida em nome do neoliberalismo, entre 1983 e 1987. Em seguida, com alguns resultados gerais comprometidos com as crises de outubro de 1987, iniciou-se a decadência do pensamento único nos Estados Unidos que conduziu ao governo Clinton. Contudo, o enfoque ultraliberal continuou vigente mesmo na Europa, sob os governos trabalhistas de Tony Blair, mantendo-se no poder sob os governos sociodemocratas que adotaram os princípios da Terceira Via, que aceitava os preceitos neoliberais no econômico, buscando compensar no plano social seus custos desumanos. Inaugurou-se a “onda rosa”, marcada pelas vitórias eleitorais sociodemocratas e socialistas, enquanto persistiam na prática as propostas políticas neoliberais. Como vimos, na América Latina, foram os governos dos movimentos chamados “populistas” que assumiram as políticas neoliberais com conseqüências desastrosas para o desenvolvimento econômico, social e político.

Se vincularmos a ascensão do pensamento único ao fascismo e outras formas de autoritarismo, como a “tecnocracia internacional” e os governos conservadores, estendendo-se inclusive para “governos progressistas” que adotam o princípio liberal de que os governantes não devem seguir suas promessas eleitorais, pois isso os conduziria à demagogia, podemos também vinculá-lo a uma tendência do pensamento filosófico para um formalismo que chegou a ser hegemônico nas décadas de 1980 e 1990. O

estruturalismo filosófico, predominante nos anos 1970, abriu caminho para esse desprezo pela história, momento em que se consolidou a força das propostas pós-modernas.

Foi típica dessa fase a tentativa de valorizar os períodos históricos pré-revolucionários e de desqualificar os períodos revolucionários. É assim que se desenvolve uma interpretação extremamente conservadora da revolução francesa na comemoração de seus duzentos anos; busca-se desmoralizar a revolução russa; e, finalmente, o governo de Salinas, no México, busca desqualificar a revolução mexicana e valorizar o período do ditador Porfirio Díaz.

No plano da teoria do conhecimento, também se deve ressaltar a hegemonia das tendências *neokantianas* nas Ciências Sociais que ganharam muita força nos anos 1950. Entre seus expoentes principais está Karl Popper, que frequentou as reuniões de Mont Pèlerin desde o começo. Com o fortalecimento do estruturalismo, essas tendências fizeram-se definitivamente dominantes buscando apresentarem-se como a única forma de conhecimento científico.

Dessas análises muito gerais, pode-se concluir que o fenômeno do pensamento único está localizado no contexto de um processo múltiplo e complexo. No plano econômico, responde às dificuldades sociais geradas por um longo período de recessões e declínios do crescimento, com o aumento das taxas de desemprego e o enfraquecimento das condições de luta dos trabalhadores em geral.

Também, no plano econômico, há uma queda das atividades de planejamento estatal e uma hegemonia crescente do setor financeiro que passa a fortalecer-se com altas taxas de juros diante das baixas de investimentos diretos, prejudicados pela queda da taxa de lucro, evidenciada no final dos anos 1960, e pelo alto custo da substituição das tecnologias obsoletas pelas novas tecnologias robotizadas.

As contas públicas se veem afetadas pelo crescimento do déficit fiscal, agravado dramaticamente pelo aumento das taxas de juros que se convertem em um dos principais itens dos gastos públicos. Com a recessão, aumenta também a população desempregada, cai a força dos sindicatos e aumentam, com a ampliação do desemprego, os gastos do Estado com a assistência aos trabalhadores desempregados e outros gastos sociais.

Todos esses fenômenos animaram as forças conservadoras — e, em alguns casos, as tendências reacionárias que pretendem empurrar a história

para trás. É uma condição para o pleno desenvolvimento dessas tendências teóricas o abandono da história como uma referência evolutiva da humanidade. Como nessa fase cíclica não há acumulação, conclui-se também que não há acumulação em todas as épocas históricas.

Quando se recorre à história é para assumir seu fim, como aponta com extremo êxito Fukuyama, em 1989, com seu célebre artigo, logo convertido em livro e apoiado por enorme aparato publicitário.⁶ Mas ocorre que vivemos um período de desenvolvimento da consciência social e de apropriação crescente da realidade que nos circunda devido à complexidade da práxis social. Em vez de um fim da história estamos no começo da história, já que temos, agora, consciência da nossa responsabilidade histórica e, portanto, somos cada vez mais capazes de construir e planejar nossa realidade. Para que isso ocorra temos de aguçar nossa capacidade de acumular e de produzir conhecimento.

No plano político, a aventura neoliberal foi reforçada com a retomada do poder pelos partidos conservadores e sua projeção sobre a agenda política dos anos 1980 e 1990. Isso foi possível devido à falta de maior habilidade política das forças de esquerda. Diante da ofensiva conservadora e até mesmo reacionária, elas se deixaram dividir, aceitando os argumentos “teóricos” armados pela maré conservadora, o que fez com que elas perdessem essa conjuntura (caracterizada pela exposição pública do caráter despótico e reacionário da doutrina direitista) para criar uma consciência social antineoliberal mais profunda. As ideias de esquerda começam a retomar sua importância somente com os fracassos colossais das políticas neoliberais.

Resta analisar o vínculo estreito dessas mudanças gerais com as manobras dos aparatos ideológicos. As ideologias foram assimiladas pelos meios de comunicação que transformaram estas ideias neoliberais em forças materiais capazes de determinar o curso da história. Isto ajudou a produzir um terror ideológico muito evidente que impede a superação destas concepções arcaicas na vida contemporânea.

Estamos, portanto, no começo de um amplo desmoronamento dessa vasta e complexa hegemonia do neoliberalismo e necessitamos forjar urgentemente uma resposta articulada a esse grande embuste, seja no plano filosófico, como no plano econômico e político. Somente assim podemos iluminar a encruzilhada em que nos encontramos.

6 Francis Fukuyama. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

A crise chega à América Latina

Em geral, os governos latino-americanos, tanto conservadores como progressistas, têm buscado a explicação das dificuldades geradas por suas políticas econômicas na “crise mundial”. Daí a necessidade de definir a natureza das crises, que se iniciaram na Ásia, em 1997, e que se expandiram por todo o globo, entre 2000 e 2001, e voltaram a manifestar-se, de 2008 a 2012.

Segundo nosso ponto de vista, elas são uma extensão e desdobramento da quebra e esvaziamento da onda de expansão financeira iniciada em 1973 (com os petrodólares) e realimentada em 1979 (com o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, na década de 1980, que levou, por sua vez, ao agigantamento da dívida pública estadunidense durante esse período).

A quebra do setor financeiro iniciou-se em outubro de 1987, quando se produziu a mais grave crise financeira desde 1929. Ela foi extremamente grave por sua profundidade (perda de um trilhão de dólares em um dia no mercado acionário estadunidense e desvalorização do dólar em 40%) e por sua extensão a todo o globo. A queda do índice Nikei dos bancos japoneses à metade jamais se recuperou. Só na “segunda-feira negra”, no dia 19 de outubro de 1987, o Dow Jones Industrial Average caiu 22,6%, perdendo 508 pontos, superior à queda de 12,8% de 28 de outubro de 1929. Foi a maior queda da história do índice até hoje⁷ e levou um ano e três meses para se recuperar.

A intervenção dos bancos centrais do Japão e Alemanha para conter a queda do dólar mostrou-se eficaz somente por um curto período. Nos anos seguintes, o governo republicano dos Estados Unidos começou a entender a impossibilidade de seguir a política econômica do senhor Reagan. A política econômica daquele país foi obrigada a abandonar o modelo baseado em dólares supervalorizados, déficit comercial, juros altos pagos pelo Estado, endividamento público crescente e atração de capitais do resto do mundo⁸ em grande parte para cobrir esse déficit.

A partir de então, ajudado pelo Consenso de Washington, o modelo de política econômica norte-americano se inverteu: moeda (dólar)

⁷ Ver dados do *The Wall Street Journal*, em <http://online.wsj.com/mdc/public/page/2_3047-djia_alltime.html>.

⁸ Ver nossa análise desse período no nosso livro *Do terror à esperança: auge e decadência do neoliberalismo*.

desvalorizada, recuperação do déficit comercial, taxa de juros em forte queda, diminuição da necessidade de atração de capital estrangeiro, perdão para parte das dívidas externas do Terceiro Mundo (Plano Brady, aplicado por Bush pai) com o objetivo de liberar recursos para a importação dos países devedores.

É evidente que, para estabelecer essa política, os Estados Unidos necessitavam de políticas opostas no resto do mundo, isto é: valorização das moedas competidoras de todos os países, com especial ênfase no yen japonês e no marco alemão, reversão dos superávits comerciais dos países em desenvolvimento, convertidos em déficits, ou pelo menos, a diminuição dos mesmos superávits. Como vimos, foi nessa brecha que a China entrou fortemente no mercado estadunidense e converteu-se no maior superávit comercial com os Estados Unidos, ao mesmo tempo que se aproveitava da valorização do yen e do marco para penetrar nestes mercados também.

Tais políticas econômicas, fiscais e financeiras eram, ao mesmo tempo, interdependentes e concomitantes. Geradas no centro do sistema mundial (os Estados Unidos), era necessário obrigar as demais nações a se ajustarem a elas. Já mostramos a resistência do Japão, depois de aceitar a valorização artificial do yen, entre 1992 e 1995. A China também resistiu a uma valorização excessiva do yuan, mas, assim mesmo, fez concessões. Contudo, ambos os países continuaram com superávits em seu comércio com os Estados Unidos, mantendo-o (no caso do Japão) e aumentando-o (no caso da China) com efeitos diretos em suas reservas monetárias internacionais.

A imposição da nova política norte-americana teve excelentes resultados imediatos para esta economia. As baixas do dólar e da taxa de juros permitiram restabelecer as exportações e estimular o setor produtivo. A queda de preços dos produtos importados, sobretudo da China, permitiu neutralizar a inflação. O déficit fiscal tendeu a zero e chegou mesmo a um superávit de cerca de 200 bilhões de dólares, no governo Clinton, em 2000. O déficit comercial diminuiu significativamente.

Como vimos, aproveitando-se da necessidade de renovação dos títulos da dívida pública estadunidense, na metade dos anos 1990, o Japão forçou uma baixa do yen (de 82 yens por dólar para cerca de 140 yens por dólar). Como resultado, o déficit comercial norte-americano voltou aos valores do princípio dos anos 1980. Os Estados Unidos resolveram utilizar os poderes de sua economia em recuperação para pôr em xeque essa situação. Um aumento da taxa de juros norte-americana sinalizou para a economia

mundial a nova estratégia. Diante de um dólar reforçado, na metade dos anos 1990, pagando um juro mais alto, a migração de capitais para os Estados Unidos colocou em maus lençóis as economias em torno do Japão.

Debilitados pela queda do yen e a baixa da demanda japonesa, os tigres e gatos asiáticos foram obrigados a desvalorizar suas moedas. Os especuladores se prepararam para tal fim. Em 1994, o México já havia mostrado que as ondas especulativas terminam em situações críticas e desvalorizações semelhantes. Em 1997, o Sudeste asiático não fez mais que confirmar tais constatações.

A crise mexicana, em 1994, provocou uma quebra de expectativas na região. Para superá-la, alguns governos resolveram acentuar ao paroxismo os desequilíbrios estruturais da economia. Esse foi, sobretudo, o caso do Brasil.

Recém-vitorioso em conter a inflação, o governo de Fernando Henrique Cardoso não dispunha de excedentes cambiais, pois sua moeda sobrevalorizada levou a um déficit comercial cada vez mais grave. Como “única” solução, isto é, sem comprometer de imediato seu modelo, aumentou drasticamente a taxa de juros paga pelo Estado brasileiro para atrair capitais de curto prazo do exterior. Com uma inflação de um dígito, o governo brasileiro elevou a taxa de juros para 50% ao ano. Era irresistível para os especuladores. Valia a pena correr qualquer risco para embolsar juros tão suculentos. Qualquer economista sério sabia que em médio prazo essas taxas de juros seriam insuportáveis.

Os resultados não demoraram a aparecer: a dívida interna brasileira saltou de 63 bilhões de reais, em 1994, para 330 bilhões, em 1998. As reservas internacionais, único destino dos dólares entrados no país, cresceram de 36 bilhões para 70 bilhões de dólares. O governo conseguiu, posteriormente, abaixar a taxa de juros, mas os movimentos para isso levaram à fuga de dólares. O governo viu-se aprisionado por um gigantesco déficit fiscal de cerca de 7% do PIB, cuja origem estava, exclusivamente, nos enormes pagamentos de juros pelo Setor Público.

Para compensar a saída de capitais de curto prazo, aumentaram as vendas de patrimônio público a qualquer preço. A Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas de minérios do mundo, foi vendida por apenas 3,3 bilhões de reais (que equivaliam, no referido ano de 1997, ao mesmo valor em dólares). Todo o processo foi envolto em pertinentes suspeitas: a Merrill Lynch, contratada para fazer a avaliação do valor da

empresa e, estranhamente ligada à Anglo American, que participou do leilão, avaliou a mineradora em apenas R\$10 bilhões. Para isso, ela subavaliou as jazidas e o conjunto do complexo industrial, que seria na época superior a R\$100 bilhões. Só no ano em que foi leiloada, ela deu um lucro líquido de R\$12,5 bilhões! Em 1998, esperava-se vender a Telebrás, uma das mais promissoras empresas de telecomunicações, por R\$36 bilhões. Acabou sendo vendida por R\$22 bilhões. Tratava-se de atrair dólares para compensar os déficits comerciais e cambiais crescentes. A moeda sobrevalorizada aumentou os gastos de turismo dos brasileiros. O pagamento de juros da dívida externa foi retomado e as saídas de capital aumentaram.

Mas, ao lado dessas sangrias cambiais, a economia brasileira desenvolveu outras fontes de déficit cambial que somente mostraram seus efeitos posteriormente. Os altíssimos juros pagos pelo Estado brasileiro e a estabilidade da moeda estimularam a busca de empréstimos no exterior por empresas privadas brasileiras. Essa nova forma de dívida subiu de R\$30 bilhões, em 1994, para cerca de R\$140 bilhões em 2002. Tratava-se de títulos que venciam em curto prazo com pouca perspectiva de se renovar devido à crise cambial e financeira.

Uma parte desses títulos foi estimulada pelo governo para apoiar créditos agrícolas. É evidente que os tomadores brasileiros que pagaram taxas de juros de um dígito ao ano no exterior aplicaram seus recursos no setor financeiro nacional em títulos públicos com juros, muitas vezes mais altos. Como se vê, não se podem responsabilizar as crises econômicas internacionais por orientações de política econômica contrárias ao interesse nacional, pois essas políticas aumentam a exposição desses países às oscilações internacionais.

Diante da crise nos anos 1990, os vários governos reagiram de forma diferente, alcançando resultados muito diferenciados, desde a Malásia, que impediu a saída de capitais por lei, ou a Rússia que decretou moratória (ambos em excelente situação, nos anos 2000) até os tigres asiáticos que foram obrigados a desvalorizar suas moedas, ou os latino-americanos que recorreram ao aumento das taxas de juros e à privatização desenfreada para atrair capitais sem desvalorizar, no primeiro momento. O Brasil, em 1999, a Argentina, em 2001, são casos de desvalorização forçada com retiradas massivas de capitais como foi o México em 1994. Ao final, cada país é responsável por suas políticas diante da crise do capital financeiro mundial.

É necessário atualizar essa análise com um estudo sobre a crise atual e as alternativas colocadas no debate por ela gerado, bem como as políticas implantadas. Contudo, reservamos essas análises para o capítulo 11 do livro *Desenvolvimento e civilização — uma homenagem a Celso Furtado* sobre a relação entre a crise estrutural e a crise de 2008-2012.

Estudo de caso: a contabilidade da dívida brasileira

Das explicações que desenvolvemos no item anterior, pode-se deduzir a gravidade dos problemas que envolvem a dívida pública no Brasil e seu financiamento. Em primeiro lugar, os dados mostram que a origem da dívida pública encontra-se em processos contábeis e pagamentos de serviço da própria dívida. Este serviço é pago com um superávit fiscal, contudo este é sempre inferior ao montante do pagamento de juros. Como a taxa de juros é estabelecida pela diretoria do Banco Central, disfarçada de Copom (Conselho de Política Monetária), pode-se dizer que o governo executivo brasileiro, o parlamento e o judiciário abdicam de seus poderes e o transferem para esse pequeno grupo de sete pessoas.

Ocorre que essas pessoas administram recursos equivalentes a 78% do PIB sobre o qual emitem documentos de dívida que não têm nenhuma base real (material); não são recursos gastos para atender a qualquer serviço prestado pelo Estado. Chegamos, assim, a uma aberração jurídica extremamente grave: um Estado que renuncia a prestar serviços absolutamente necessários à população para remunerar empréstimos que não se destinam a financiar nenhuma atividade do Estado.

Devemos assinalar também que esses sete cidadãos privilegiados que compõem o Copom estão acima das leis do país e acima do controle de qualquer poder da União, e têm um comportamento extremamente peculiar. Por exemplo, esses cidadãos determinam aumentos e, muito secundariamente, baixas nas taxas de juros pagas pelo governo brasileiro a partir de análises econômicas baseadas em teorias econômicas comprovadamente equivocadas e em aberta contradição com os fatos estudados pela História econômica. É possível que um povo, com necessidades colossais como o brasileiro, aceite emitir títulos de uma dívida pública que não existe e ainda pagar os mais altos juros por essa falsa dívida, a partir dos “conhecimentos teóricos e científicos” de sete pessoas que não têm nenhum reconhecimento por nenhum órgão acadêmico que lhes deem o título equivalente a esse poder

enorme. Esperamos que o Prêmio Nobel seja outorgado a algum desses senhores em algum momento, pois premiados como Stiglitz e Krugman, entre outros, têm questionado permanentemente suas políticas macroeconômicas. Mas o poder de decidir os destinos do país pertence a esses senhores. . .

Para que os leitores possam ter uma visão mais detalhada dessa situação, nos permitimos reproduzir o balanço contábil realizado pela Auditoria Cidadã da Dívida, em 2011, uma instituição que vem se dedicando sistematicamente a essa questão. Pedimos desculpas pela extensão da citação, mas sabemos que os autores deste trabalho não se opõem à divulgação massiva de seus estudos, muito pelo contrário:

I — A Dívida consome a maior parte do Orçamento da União

O Congresso Nacional aprovou e a presidente Dilma sancionou o Orçamento da União para 2012 no montante de R\$2.150.458.867.507 (2 trilhões, 150 bilhões, 458 milhões, 867 mil e 507 reais).

O valor destinado à Dívida Pública corresponde a 47,19% de todo o orçamento, e equivale a R\$1.014.737.844.451,00, ou seja, mais de 1 trilhão de reais.

Referido valor compreende as seguintes rubricas: Juros e Amortizações da Dívida, inclusive a chamada “Rolagem”, também denominada como “Refinanciamento”.

A informação honesta sobre o efetivo gasto com a dívida necessariamente tem que somar as referidas rubricas, tendo em vista o seguinte:

1. O custo efetivo dos juros da dívida mobiliária em títulos corresponde aos Juros Nominais pagos pelo governo aos detentores de tais títulos, isto é, ao rendimento total efetivamente pago pelo governo. A recente CPI da Dívida Pública constatou e denunciou que a parcela dos Juros Nominais correspondente à atualização monetária tem sido indevidamente contabilizada pelo governo como “Rolagem” e como “Amortizações” da dívida.

Dessa forma, para se obter o valor efetivo dos gastos com a dívida, há que se incluir os valores contabilizados nas rubricas Rolagem e Amortizações.

Caso contrário, estaríamos omitindo informação sobre parte dos juros efetivamente pagos;

2. Não se conhece o valor dos Juros Nominais efetivamente pagos, pois não há a devida transparência na divulgação desse número pelo

governo. Nem mesmo para a CPI da Dívida o governo informou tal cifra;

3. O que o governo informa a título de juros no Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) corresponde tão somente à parcela dos juros “reais”, ou seja, à parcela dos juros que supera a inflação medida pelo IGP-M. Tal dado não corresponde ao rendimento efetivamente pago aos detentores dos títulos, pois na realidade estes recebem os Juros Nominais que não são devidamente informados pelo governo como acima exposto;

4. Para que haja uma compatibilidade entre todas as rubricas orçamentárias, o gasto efetivo da dívida que deveria constar no Orçamento seria o valor dos juros nominais (e não somente os juros “reais”, que é parte dos juros que supera a inflação), pois todas as demais rubricas representadas no orçamento englobam a respectiva atualização monetária eventualmente embutida em tais gastos. Por exemplo: nos gastos com pessoal, previdência, serviços de saúde, educação, e todos os demais gastos sociais, quando se obtém alguma reposição inflacionária, tal reposição compõe o valor de tal gasto refletido no Orçamento;

5. Quando o governo apresenta, no Orçamento, apenas a despesa com os juros “reais” da dívida, há uma tremenda distorção na compreensão geral do efetivo gasto com a dívida pública, pois todas as demais rubricas orçamentárias estão embutidas da respectiva atualização e o governo não segrega tal parcela. Por isso, para fazer uma comparação dos gastos orçamentários em grandezas equivalentes, para obter o gasto efetivo com a dívida é necessário somar as rubricas “Amortização” e “Refinanciamento”, onde está embutida a parcela significativa dos juros que corresponde à remuneração da atualização monetária;

6. Muitos entendem, equivocadamente, que a parcela dos juros correspondente à atualização monetária da dívida não representaria um custo para o Erário Público.

Ora, se fosse assim, por que o governo tem reagido fortemente contra as reivindicações de reajuste salarial de servidores públicos que pleiteiam meramente a reposição inflacionária? Por que não admite a atualização da Tabela do Imposto de Renda — Pessoa Física, ou o reajuste da Tabela do SUS? O governo tem respondido que tais pleitos

significariam “impactos de X bilhões” no Orçamento, o que prova que atualização monetária representa sim um custo para o Erário. Não podemos dar tratamento diferenciado para as diferentes rubricas, sob pena de trabalharmos com dados distorcidos. Vejam a disparidade de tratamento: a atualização monetária da dívida tem sido dada automaticamente e sequer aparece para a população como um custo efetivo, pois vem disfarçada de “Amortização” e “Rolagem”, à parte no orçamento.

Por outro lado, todos os anos, o conjunto de servidores públicos e aposentados têm que enfrentar mesas e mesas de enrolação e às vezes sequer obtém a reposição da inflação do período! Em 2011, por exemplo, os servidores foram enrolados o ano inteiro e obtiveram ZERO de reajuste salarial ou sequer de reposição inflacionária.

7. A razão de ser da Auditoria Cidadã da Dívida é investigar e revelar a verdade dos dados e fatos relacionados com o endividamento público. Houve questionamentos para que apresentássemos um outro gráfico do orçamento desconsiderando a atualização monetária de cada rubrica orçamentária. Cabe esclarecer que, por falta de dados, não seria possível elaborar tal gráfico, pois todos os demais gastos orçamentários (à exceção dos privilegiados juros sobre títulos da dívida pública) englobam a atualização monetária e o governo não apresenta tal atualização separadamente.

8. A chamada “Rolagem” da dívida ou Refinanciamento não significa mera inovação ou troca de títulos velhos por novos, como muitos acreditam.

A CPI da Dívida revelou que antes de cada vencimento de obrigações da dívida é feita nova oferta de títulos ao mercado, por meio dos “dealers” (grandes bancos que têm a prioridade na negociação dos títulos), ficando o Tesouro sujeito à chantagem do mercado financeiro, que só compra os títulos quando as taxas de juros se elevam até onde desejam os bancos.

Assim, não se trata de mera troca, mas novas operações em novas condições, sujeitas às comissões e demais custos que tampouco são revelados de forma transparente pelo governo.

Adicionalmente, a CPI da Dívida comprovou taxativamente que a chamada “Rolagem” da dívida ou Refinanciamento não significa mera novação ou troca de títulos, pois nessa rubrica está embutida a

parte significativa dos juros nominais referente à remuneração da atualização monetária calculada pelo IGP-M, como acima detalhado; 9. As Amortizações necessariamente correspondem a gasto anual com a dívida, pois, além de nessa rubrica estarem embutidos parte dos juros nominais, as amortizações consomem recursos obtidos pela União de várias fontes, tais como: o valor recebido dos estados federados (pela cobrança das dívidas estaduais); os recursos obtidos com as contínuas privatizações; os lucros das estatais referentes à parte ainda pública das mesmas; o rendimento da Conta Única do Tesouro, dentre outros privilégios da dívida.

Em 2011, de acordo com dados do Orçamento da União, os gastos com a dívida consumiram R\$ 708 bilhões, equivalentes a 45,05% de todas as destinações realizadas durante o ano.

É evidente o sacrifício geral de toda a sociedade, dos entes federados e do próprio país diante do privilégio da dívida.

II — O Estoque da Dívida Brasileira já supera R\$3 Trilhões de Reais. Quanto ao estoque da dívida, frequentemente temos sido questionados a respeito dos números divulgados pela AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. No presente artigo indicamos as fontes oficiais de onde extraímos os dados que divulgamos.

O último dado consolidado divulgado pelo governo foi o de novembro/2011 (logo que for divulgado o de dezembro/2011, as informações serão atualizadas na página da Auditoria Cidadã da Dívida):

O estoque da Dívida Interna alcançou R\$ 2.501.674.500.928,72, ou seja, mais de 2 TRILHÕES e 501 BILHÕES de REAIS. (Fonte: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/NotaEcon/NI201112pfp.zip>> — Quadro 35.)

O estoque da Dívida Externa alcançou US\$ 406.801.663.629,47, ou seja, mais de 406 BILHÕES (que representam cerca de R\$ 700 bilhões, considerando-se a taxa de conversão de R\$ 1,72). (Fonte: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/NotaEcon/NI201112sep.zip>> — Quadros 51 e 51-A.)

Portanto, em novembro/2011 o estoque da dívida brasileira chegou a R\$ 3.201.373.362.371,41, ou seja, três TRILHÕES e 201 bilhões de Reais, o que correspondem a 78% do PIB.

Alertamos que a comparação com dados de dívida/PIB de outros países pode levar a conclusões errôneas, tendo em vista que o governo

brasileiro pratica as taxas de juros mais elevadas do mundo (atualmente a taxa básica está em 10,5% ao ano, mas os títulos estão sendo vendidos a taxas superiores a esta, principalmente no caso de títulos “pré-fixados”, ou vinculados a índice de preços), enquanto outros países praticam taxas muitas vezes menores: Estados Unidos da América do Norte (0,25%), Japão (0,1%), Inglaterra (0,5%). (Fonte: <http://www.brasileconomico.com.br/paginas/taxas-de-juros_81.html>.) Cabe comentar também que, recentemente, a Alemanha conseguiu emitir títulos a juros negativos.

ESTOQUE DA DÍVIDA “INTERNA”

Inicialmente, cabe esclarecer que a definição clássica de dívida interna já não pode ser aplicada à realidade atual, tendo em vista que grande parte da dívida interna é de fato externa, pois os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional têm sido adquiridos principalmente por bancos e instituições financeiras (fundos de pensão e de investimento) estrangeiros, pois pagam os maiores juros do mundo, isentos de tributos para estrangeiros e sem controle de capitais.

O estoque da Dívida Interna Federal denominada em títulos (Dívida Mobiliária Federal Interna) chegou a R\$2,5 TRILHÕES em novembro de 2011, conforme mostra o quadro 35 da planilha de dados oficiais em excel disponível no endereço abaixo: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/NotaEcon/NI201112pfp.zip>>.

Tal valor representava, em novembro de 2011, 61% do PIB.

É preciso ter cautela para não confundir com outros valores divulgados pelo governo e alguns setores da imprensa, que excluem parcelas da dívida mobiliária:

Φ O número de R\$1,8 trilhão tem sido amplamente divulgado como estoque da dívida mobiliária interna na mesma data (NOV/2011). Este número OMITE o montante de títulos da dívida interna em poder do Banco Central (BC), que alcançou o valor de R\$749 bilhões na mesma data. O governo alega que tal valor corresponderia a uma dívida entre setores do mesmo governo (Tesouro e Banco Central), justificando assim a sua omissão na informação do estoque da dívida interna.

Na prática, o Tesouro emite os títulos da dívida mobiliária e os entrega ao Banco Central que, por sua vez, repassa-os aos bancos por meio

das “Operações de Mercado Aberto”. Tais operações correspondem à troca desses títulos da dívida por dólares (que o BC aplica geralmente em reservas internacionais ou para o controle da base monetária). Portanto, a maior parte dos títulos da dívida não fica em poder do BC, mas é efetivamente repassada aos bancos. Portanto, não se trata de dívida entre setores do mesmo governo, tendo em vista que os títulos foram repassados pelo BC aos bancos.

A parte dos títulos que fica com o BC é utilizada para que o Tesouro cubra os constantes prejuízos do BC com a manutenção das reservas (em benefício do mesmo setor financeiro privado), dado que, nos últimos anos, o dólar tem se desvalorizado frente ao real.

Adicionalmente, estejam os títulos em poder de quem seja, os mesmos correspondem a títulos efetivamente emitidos e sobre estes terão que ser pagos os juros nominais a cada período (de acordo com o prazo de cada emissão) e ao final terão que ser resgatados. Dessa forma, trata-se efetivamente de dívida pública e a omissão de quaisquer parcelas fere o princípio da transparência.

Φ Dívida Líquida

A chamada “Dívida Líquida” é um valor distorcido da realidade e sem sentido lógico, pelas seguintes razões:

Para obter a tal “dívida líquida” o governo desconta créditos que tem a receber (tais como as reservas internacionais), mas não considera as demais obrigações a pagar, como o Passivo Externo, por exemplo. Aí está a primeira grande distorção.

Além disso, enquanto os títulos da dívida remuneram a taxas de juros mais elevadas do mundo, as reservas internacionais (aplicadas em sua maioria em títulos da dívida norte-americana) não rendem quase nada ao Tesouro Nacional. Aí está outra grande distorção: subtrair parcelas que possuem custos totalmente distintos.

O acúmulo elevado de reservas internacionais tem provocado enorme custo ao país devido a essa disparidade de rendimentos.

O termo “Dívida Líquida” é uma definição esdrúxula utilizada apenas no Brasil, pois os juros nominais efetivamente pagos são calculados e pagos sobre a dívida bruta e não sobre a líquida. Adicionalmente, as amortizações têm sido feitas sobre a dívida bruta e não líquida.

A utilização do termo “dívida líquida” tem trazido grande confusão e ilusão a muitos setores, tendo em vista que o mesmo encobre grande

parte da dívida efetiva que está sendo paga por todos nós de várias formas: com elevada carga tributária, ausência de serviços públicos de qualidade; cortes de gastos sociais; negativas a reajustes salariais decentes; negativa de aumento para o salário mínimo e remuneração de aposentados, etc.

O governo tem continuamente comemorado que a “dívida líquida” teria caído de 60% do PIB na “Era FHC” para cerca de 40% atualmente. Tal proporção se deve ao fato do enorme crescimento das reservas internacionais às custas de tremendo custo ao país e prejuízos ao Banco Central (que são arcados pelo Tesouro Nacional, ou seja, por todos nós).

Em português bem simples, o que o governo tem feito nos últimos anos é semelhante a uma pessoa entrar no cheque especial (pagando juros altíssimos) para depositar na poupança (ganhando juros baixos), e ainda dizer que sua “dívida líquida não aumentou”.

ESTOQUE DA DÍVIDA EXTERNA

O estoque da dívida “externa” já atingiu US\$ 406,8 bilhões, conforme mostram os quadros 51 e 51-A da planilha do Banco Central disponível no link abaixo: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/NotaEcon/NI201112sep.zip>>.

Cabe ressaltar que o governo costuma divulgar um montante bem menor de dívida externa. A partir de 2001, a pretexto de adotar metodologia recomendada pelo FMI, os dados da dívida externa passaram a ser divulgados sem os chamados “empréstimos intercompanhias”, ou seja, os empréstimos devidos por multinacionais a suas matrizes no exterior.

O montante de US\$ 406,8 bilhões inclui a dívida externa privada, pois a mesma envolve uma obrigação do Estado, tendo em vista que é o BC o responsável por disponibilizar dólares para o pagamento desta dívida, se necessário, às custas de privatizações, juros altos, e aceitação das políticas do FMI, como sempre ocorreu e continua ocorrendo.⁹

⁹ Fonte: Maria Lucia Fatorelli & Rodrigo Ávila. *Os números da dívida*. Brasília: Auditoria Cidadã da Dívida, 2011, disponível em <<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Numerosdivida.pdf>>.

Graves decisões

A democracia latino-americana é uma planta muito frágil que necessita de um cuidado especial. O problema mais grave que a ameaça é a falta de solidez de suas raízes socioeconômicas. A dependência estrutural; a ausência de reformas agrárias sustentáveis; o crescimento direcionado para setores limitados da população; as políticas econômicas baseadas em exportações de baixo valor agregado; a distribuição negativa de renda e a distância entre as elites e as massas populares; a retirada massiva de excedentes logrados à custa de superexploração dos trabalhadores (sob a forma de pagamentos de juros internacionais sobre dívidas forjadas contabilmente, remessas livres de lucros para o exterior, pagamentos de serviços superfaturados, retiradas clandestinas de recursos nacionais, etc.); todos estes ingredientes formam a base de um desenvolvimento perverso. Nós o temos chamado historicamente de um desenvolvimento dependente, concentrador e excludente.

Para defender esse tipo de desenvolvimento, que nos separa cada vez mais dos centros da economia e sociedade mundial, nossas elites recorreram à ditadura militar, com pretensões fascistas, que dominaram a região nas décadas de 1960 e 1970, sob a égide do apoio político, econômico e militar norte-americano. Na década dos 1980, assistimos a uma abertura política em nome dos direitos humanos que restabeleceu os regimes liberais onde haviam sido banidos pelas ditaduras. Contudo, as aberturas democráticas não ficaram limitadas ao restabelecimento de processos eleitorais e direitos civis. A volta das democracias foi conquistada pela ação política dos povos da região e eles lideraram o movimento nacional-democrático de corte populista, iniciando formas de governo novas que surpreenderam as forças reacionárias. Observa-se mesmo uma ascensão das facções “plebeias” da grande frente nacional democrática que se orienta cada vez mais claramente para uma perspectiva socialista que está em processo de reelaboração.

Mas a onda de democratização, que pode ser definida melhor como “liberalização” devida seus limites diante das reivindicações de participação popular, tolerada e às vezes mesmo impulsionada desde os centros da economia e política mundial, não foi acompanhada de uma política de desenvolvimento econômico que buscasse aliviar os graves problemas ocasionados

pelo modelo de desenvolvimento dominante. Pelo contrário, buscou-se reforçar esse modelo acentuando o conteúdo liberal da economia, debilitando os Estados-nação, criados com muitas dificuldades, em choque com essas poderosas forças internacionais e locais que sempre os capturaram para colocá-los ao seu serviço exclusivo.

A hegemonia neoliberal traz o modelo de ajustes estruturais da década de 1980, segundo o qual nossas economias se converteram em máquinas de pagamento de juros internacionais em detrimento do consumo interno e do desenvolvimento. Em seguida, na década de 1990, nos inserimos no Consenso de Washington que nos amarrou através da sobrevalorização das nossas moedas com paridades artificiais com o dólar, dos grandes déficits comerciais como consequência desse desatino cambial a serviço da recuperação da economia estadunidense e devido, finalmente, às altas taxas de juros pagas artificialmente pelos Estados para atrair o capital internacional interessado nas reservas internacionais, logo esgotadas, e na privatização de nossas empresas públicas.

No período do “Consenso de Washington” (que sucedeu a época dos “ajustes estruturais”, no qual nossos superávits comerciais eram usados para pagar o serviço das dívidas externas), quando havíamos acumulado algumas reservas, em consequência da suspensão do pagamento de juros e da renegociação da dívida externa, no final dos anos 1980 (quando ainda produzíamos superávits comerciais), passamos a dispor de reservas significativas de divisas.

As políticas orientadas pelo Consenso de Washington inverteram os termos anteriores: passamos a valorizar nossas moedas, caíram as exportações, aumentaram as importações, entramos em déficits cambiais e aumentamos as taxas de juros para atrair capitais do exterior com o objetivo de cobrir os déficits comerciais que criamos artificialmente para seguir as orientações defendidas pelos republicanos estadunidenses e plasmadas no famoso Consenso de Washington. Em consequência, voltamos a exportar nossas poupanças sob a forma de pagamento das mais altas taxas de juros internas, no período em que as taxas de juros caíram drasticamente nos centros da economia mundial.

Como se pode ver, não há nenhuma teoria econômica que explique essas decisões só explicáveis quando sabemos que as fortunas da emergente “burguesia compradora” se fizeram a partir do uso dos recursos estatais para financiar essas colossais transferências de recursos. Sem as comissões e

outros negócios “legais” associados a essas operações financeiras não poderiam ter surgido fortunas colossais para jovens profissionais, somente para alguns deles premiados com casamentos com familiares, donos ou donas de bancos. Nenhum deles (exceto situações impressionantes como o caso do ressarcimento ao Sr. Cacciola de seus prejuízos de mais de um bilhão de reais) foi incomodado por processos legais, procuradores da república ou qualquer outra autoridade. Entre outras coisas, porque gozam de uma autonomia que, em si mesma, é um direito à corrupção desbragada em que vivemos.

Três décadas de aprofundamento de uma opção econômica cada vez mais negativa para a população só pôde reforçar os graves problemas estruturais que ameaçam nossa democracia. Devemos associar a essa acumulação de perversidades o crescimento do consumo mundial das drogas, para cuja produção a região dispõe de vantagens comparativas, tais como a tradição no cultivo da coca na zona andina, onde se desenvolve melhor e com mais alta produtividade e a proximidade com o maior mercado consumidor de drogas do mundo: os EUA.

Podemos afirmar que a crise da região andina seria de uma profundidade muito mais grave se nela não tivesse progredido o negócio das drogas. Mais grave ainda: a máfia colombiana (e outras, em seguida) conseguiram organizar a venda da droga nos Estados Unidos e Europa, em aliança com as máfias italianas e *gusanas* (cubanos instalados nos EUA) que já dominavam grande parte dos negócios ilegais nesses países. Ainda mais grave: a enorme liquidez proporcionada pelo mercado das drogas permitiu às máfias latino-americanas penetrarem no sistema financeiro internacional e se converterem em um poder econômico gigantesco.

Dessa maneira, conhecemos, na década dos 1990, o fenômeno da eleição de presidentes da república claramente vinculados com o comércio das drogas, reforçados pelo contrabando de armas associado a ele e outras atividades ilegais. Não devemos esquecer que o fenômeno da dolarização está articulado com essa liquidez, a lavagem de dinheiro, a corrupção associada à expansão do pagamento de comissões cobradas nas operações de créditos internacionais.

Se fizéssemos uma descrição de todos esses fenômenos, poderíamos criar a imagem de que a região é doente de um câncer incurável. Não há caminhos para sair desse atoleiro de perversidades contido em um determinado modelo de desenvolvimento econômico. Porém, é necessário dizer com cla-

reza que são necessárias transformações radicais, sem as quais não se pode esperar uma mudança profunda de um desenvolvimento perverso para um ciclo de crescimento virtuoso.

O momento atual nos indica que estamos aprofundando o pântano de dependência, concentração de renda, miséria, exclusão, corrupção e violência. A crise do modelo mexicano, com todas as vantagens de sua proximidade com os Estados Unidos e do acordo de livre comércio da América do Norte, é um anúncio sério. A crise da Argentina foi extremamente grave e não está ainda totalmente superada. A crise venezuelana mostra que os princípios democráticos não são em nada respeitados pelo centro do sistema mundial. Tratam de envolver os governos progressistas numa onda de suspeitas e afirmações falsas para servir ao golpismo ao qual recorrem sob as mais diversas modalidades. Vejam-se os casos da Venezuela (2002), Bolívia (2008), Honduras (2009), Equador (2011), Paraguai (2012).

A crise colombiana se aprofundou com a eleição de um “duro” para a presidência, levando inclusive a um bombardeio do Equador (2008). No Equador, uma dolarização irresponsável aumentou a crise interna, levando à Revolução Cidadã que mudou a orientação política do país. Como vimos, no Peru, um governo nascido da resistência contra o golpismo de Fujimori (eleição de Toledo) se afundou dramaticamente, perdeu a eleição presidencial, sendo que o seu sucessor (Alan García) teve o mesmo destino e perdeu as eleições para o atual presidente que parece seguir o mesmo caminho.

No Brasil, em 2002, os setores empresariais — particularmente o financeiro, que usa atualmente o apelido de “mercado” — se mostraram inquietos com a possibilidade de uma vitória eleitoral da esquerda, enquanto o país dava sinais de uma situação econômica extremamente grave. No final, essas forças se acomodaram devido ao compromisso do governo Lula com a política macroeconômica que transferiu, durante os seus governos, em torno de 500 bilhões de dólares em pagamento de juros astronômicos para os donos do setor financeiro. O caso brasileiro mostra claramente como essa política de transferência dos excedentes econômicos para o setor financeiro é malvista e até odiada pelos verdadeiros investidores quando vemos que o vice-presidente, José de Alencar, lutou durante esses dois governos para romper com essa política macroeconômica.

É hora de refletir, de buscar alternativas, de apontar para mudanças substanciais, de provocar esperanças em uma população cansada de três décadas de estagnação. É hora de pôr de lado as pretensões dos tecnocratas

de manter os princípios doutrinários do FMI e do Banco Mundial que estiveram na base de todas as políticas econômicas dessas duas décadas.

Uma coisa é certa: as esperanças de resolver os problemas da região com base no “livre mercado” não só fracassaram como agravaram os problemas do subcontinente. Fechar os olhos a essa dramática realidade ou tentar deter as mudanças com medidas de força não são o caminho. Somente podem levar a um aprofundamento da crise. É uma hora de graves decisões.

Mercosul: um projeto histórico

No início dos anos 1950, o pensamento econômico latino-americano produziu, sobretudo na Cepal, uma abundante literatura sobre a importância da integração econômica.¹⁰ Nessa época, não se poderia imaginar que uma política de cooperação siderúrgica entre alguns países europeus que, até pouco tempo, se matavam, entre si, em guerras odiosas, chegaria a constituir essa obra colossal da cooperação humana que é hoje a Europa Unificada, apesar de todos os seus problemas.

Na América Latina, tivemos de assistir impotentes às dificuldades da colaboração regional, iniciada pela Alalc, em 1960. Tivemos de restringir nossas pretensões integracionistas sob pressão da doutrina do pan-americanismo, mas, sobretudo, pela pesada herança de nosso passado colonial e dependente.

Nossas infraestruturas de estradas e de comunicação se dirigiam fundamentalmente à exportação de produtos primários para os centros da economia mundial. Desconhecíamos, e até hoje é assim, o que passava em nossos países vizinhos. Nossa diplomacia se orientava verticalmente para os centros do poder mundial, dando uma importância secundária à América Latina.

Neste ambiente pouco favorável, presenciamos o enfraquecimento da Alalc, buscando, muitas vezes, razões técnicas para seu fracasso, quando sofríamos, de fato, as consequências de uma estrutura de poder mundial na qual éramos mais espectadores que autores.

Dos anos 1930 até a década de 1980, conseguimos avançar na direção de uma estrutura econômica mais orientada para os nossos mercados

¹⁰ Ver as obras organizadas por Adolfo Gurrieri com textos de Prebisch: Raúl Prebisch. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto-Centro Internacional Celso Furtado, 2011; Raúl Prebisch. *La obra de Prebisch en la Cepal*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1982, 2 vols.

internos e pudemos aumentar a densidade de nossas relações diplomáticas regionais até a criação do Mercosul.

Essa cooperação no Cone Sul da América mostrou as potencialidades do intercâmbio entre economias de desenvolvimento médio, como o Brasil e a Argentina. O êxito do Mercosul veio a estimular iniciativas diplomáticas regionais de grande repercussão para o destino das Américas e de nossas relações com o resto do mundo.

Hoje, notamos o entusiasmo que essa experiência, ainda restrita e localizada, despertou em todo subcontinente da América do Sul. Os países que compõem o Pacto Andino e o Pacto Amazônico desejam, ardorosamente, unir-se ao Mercosul, visto como uma experiência bem-sucedida de cooperação econômica e diplomática. Por isso, a iniciativa da Unasul, que reúne todos os Estados sul-americanos, encontrou um ambiente tão favorável e deu origem a uma instituição que avança rapidamente para converter-se numa parte essencial das estruturas políticas do subcontinente.

Conseguimos romper o imobilismo diplomático que se inspirava no medo de afrontar o pan-americanismo exclusivista. Conseguimos construir uma cooperação ibero-americana, com claro apoio da União Europeia. Em 1989, os presidentes da América Latina puderam se reunir, pela primeira vez, e isso foi possível na Primeira Cúpula Ibero-Americana.

Rompemos, definitivamente, as amarras que impediam nossa auto-percepção como uma complexa identidade cultural, como irmãos com interesses econômicos e políticos comuns.

Por isso, nós que sempre aspiramos à unidade da América Latina, vimos, com muito gosto, que a União Europeia tenha compreendido a importância geopolítica da cooperação da América Latina e do Caribe (cada vez mais identificado conosco) com a nova Europa, que nasce da firme decisão de criar sua moeda própria e de levar, até as últimas consequências, o espírito da cooperação entre os povos.

Queremos formar parte dessa aventura europeia. Não compartilhamos, de nenhuma maneira, as dúvidas e o ceticismo dos que desconfiam da capacidade dos latino-americanos e europeus de construir uma colaboração efetiva e proveitosa.

Não reduzimos a proposta europeia de uma integração entre o Mercosul e a União Europeia a um projeto de zona de livre mercado. Sabemos que a perspectiva europeia não é a de uma Alca interatlântica. Trata-se da criação de um espaço de cooperação econômica, sociopolítica e cultural.

Não concordamos com a redução desse debate a um propósito ingênuo de nossos tecnocratas de exigir dos europeus uma coerência com as ideias neoliberais, que nunca orientaram efetivamente a realidade europeia.

Não tem sentido exigir que a Europa abandone seu conceito de segurança alimentar — que, por certo, deve muito a um grande brasileiro, Josué de Castro, hoje esquecido devido à ditadura brasileira — como condição para o avanço dessa integração de grande significado para ambas as comunidades.

É perfeitamente possível avançar por partes e estabelecer acordos específicos e bilaterais que permitam maior participação de nossos produtos agroindustriais na economia europeia. Também é possível avançar nos acordos de cooperação científica e no intercâmbio de investimentos.

Há um precedente importante nesse sentido que é o avanço da cooperação ibero-americana.

Se prestarmos atenção à constituição e ao desenvolvimento das cúpulas ibero-americanas, veremos que elas representaram um salto geopolítico para a América Latina. A primeira reunião dos presidentes latino-americanos foi realizada na ocasião da criação dessas cúpulas ibero-americanas.

Sempre fomos proibidos pelos Estados Unidos de nos reunir separadamente do gigante do norte. A doutrina Monroe pretendia nos sujeitar a um pan-americanismo suicida. O autodesignado líder das Américas e do mundo não via e não vê com bons olhos nossa identidade ibero-americana.

Entretanto, os fatos demonstraram que, quando a comunidade europeia respaldou o projeto de reconstituição de uma herança histórica tão profunda como o ibero-americanismo, ele se desenvolveu, criou raízes e se estabeleceu definitivamente.

O mesmo ocorreu quando o Brasil e a Argentina superaram uma competição artificial, manipulada historicamente por interesses favoráveis a uma balcanização da América Latina, e estabeleceram o Mercosul. O salto obtido em nosso comércio externo, em cerca de duas décadas, é uma demonstração da força de uma perspectiva de cooperação latino-americana.

A Argentina está revivendo esse projeto depois que seus inimigos trataram de impedir sua continuidade e tentaram estabelecer um falso dilema entre o Mercosul e nossa integração na economia mundial.

Ao contrário do que pensam esses senhores que representam uma velha oligarquia de inspiração colonial, nossa integração na economia mundial não será feita com a submissão às imposições das grandes potências, mas sim por nossa integração regional e nacional.

Somente nações bem integradas internamente podem ocupar um lugar privilegiado no comércio mundial, vide o exemplo brasileiro que, ao abrir unilateralmente todas as suas portas para o comércio mundial, só conseguiu derrubar suas exportações e, agora, suas importações. Essa situação só pôde ser superada depois da desvalorização inevitável de sua moeda, em janeiro de 1999.

Como resultado dessa integração subordinada ao mercado mundial, durante o período do real, o Brasil reduziu sua participação no comércio mundial de 1,2% a 0,8%. Isso quer dizer que a política de “abertura” irresponsável, ao invés de nos globalizar, como nos era prometida, conseguiu apenas nos desglobalizar.

Não se trata de fechar economias que, ao contrário do que se diz, estiveram sempre abertas e submissas ao mercado mundial. Trata-se de assegurar um efetivo caminho de integração no mercado mundial e, para isso, temos de saber respeitar nossas origens históricas, nossas heranças culturais e nossos interesses geopolíticos.

E nosso projeto de afirmação cultural passa claramente pelo reconhecimento de nossas raízes ibéricas e de nossa aventura comum latino-americana.

Os investimentos espanhóis ganharam papel especial no Brasil e em toda América Latina. Isso é um bom sinal. Não se trata de retirar o capital norte-americano, mas sim de se contrapor a qualquer domínio unilateral na região.

Desde então, reconhecemos nossa realidade hemisférica, apesar de que nunca tivemos nenhum protagonismo em sua configuração estratégica.

Juscelino Kubitschek, por exemplo, lançou a Operação Pan-Americana (OPA), em 1959, mas soube, ao mesmo tempo, romper com o Fundo Monetário Internacional que queria bloquear seu Plano de Metas, o qual permitiu ao Brasil avançar cinquenta anos em cinco.

A OPA foi, provavelmente, um dos antecedentes da Aliança para o Progresso, mas não lhe foi reconhecido nenhum papel na formulação e implantação dessa. A OEA teve forte apoio brasileiro, porém se transformou, durante muitos anos, em um simples apêndice da política externa norte-americana.

Tudo isso é muito diferente do projeto da cooperação ibero-americana que desenvolve a América Latina junto com a Espanha e Portugal, e que começa a dar fruto em vários setores. Podemos encontrar nele os antecedentes de uma futura cooperação euro-latino-americana que mudará

positivamente a direção de nossa inserção internacional com a abertura de novas opções comerciais, tecnológicas e culturais.

Ainda existe América Latina?

O fator político mais evidente que colocou na ordem do dia o projeto latino-americano nas décadas de 60 e 70 foi, inquestionavelmente, a Revolução Cubana.

De fato, essa era a expressão mais radical de um processo de expansão econômica da região que rompia definitivamente com o domínio das oligarquias exportadoras agrárias ou minerais. Estas vinham perdendo seu poder, desde 1920, no século XX, quando emergiram na região fortes movimentos de classe média que reivindicavam seu local no espaço político e o desenvolvimento de uma sociedade e de uma economia mais moderna, voltada para a industrialização. O que caracterizou ainda mais radicalmente o processo da Revolução Cubana foi seu rompimento com o centro do Pan-Americanismo e da hegemonia do capital sobre todo o continente e, diante da invasão do centro imperial, vitoriosa em várias outras ocasiões, conseguiu derrotá-la rapidamente e declarar socialista o processo de transformação em curso naquele país.

A Revolução Mexicana, iniciada em 1910, tinha ocupado um lugar privilegiado na vanguarda da nova era de resistência ao domínio imperial sem questionar, contudo, o caráter nacional-democrático das transformações que iniciara. O anti-imperialismo, uma concepção radical de uma democracia de massas sob a liderança de partidos nacional-democráticos, e um programa de industrialização e de incorporação dos trabalhadores na estrutura de poder estatal formavam o tripé desse vasto movimento social.

No plano superestrutural, a criação de uma legislação do trabalho e de uma proteção social importada, em grande parte dos sistemas sociais europeus; uma ideologia nacional-democrática cultivada no plano das ideias, através de substanciais apoios nas ciências sociais, e uma literatura e uma arte que desenhavam a cara dos povos indígenas, mulatos ou “criollos”¹¹ formavam a ponta dessa gesta popular.

Algumas instituições mexicanas serviram de caminho nessa época, forjando um sentimento latino-americanista muito poderoso. A Constituição

11 Palavra hispânica para denominar os europeus ou seus descendentes que se converteram em americanos.

de 1917, a educação socialista, os planos quinquenais, a Pemex, a reforma agrária e os ejidos¹² rurais, bem como as centrais sindicais eram manifestações radicais de uma nova ordem social e econômica.

A Pemex, o *Ballet* Folclórico, os muralistas, o cancionero, o Fundo de Cultura Econômica, o Colégio do México, a Universidade Nacional (autônoma e gratuita) eram alguns dos indícios mais evidentes de uma inquietude criativa, impetuosa e transformadora que incendiou toda a América Latina.

Filhas desse espírito revolucionário foram as experiências regionais, desde suas manifestações mais radicais, como o famoso Congresso Anti-Imperialista dos anos 1920, até as suas formas governamentais posteriores, como a Cepal, a Alalc e suas expressões mais amplas, como a Unctad e a Declaração do Direito dos Povos.

Dentro desse ambiente, cresceram partidos e forças políticas regionais como o Apra peruano, a Ação Democrática da Venezuela e os Sandinistas da Nicarágua, e as formações mais populistas que chegaram ao governo, nos anos 1930, como o varguismo no Brasil ou o peronismo argentino; ou suas expressões mais nitidamente classistas e partidárias, como a Frente Popular que dirigiu o Chile durante a Segunda Guerra Mundial.

O PRI mexicano foi o herdeiro de toda essa tradição revolucionária latino-americana; mas, reinterpretando-a do ponto de vista do poder até a sua crise final, refletiu o cansaço e a superação do grande movimento nacional-democrático da região, o qual se agregara às lutas anticoloniais da Ásia e África, nos anos do pós-guerra.

Como ocorreu nos vários movimentos nacional-democráticos e na socialdemocracia europeia, há uma tendência a absorver o discurso neoliberal, sobretudo nas décadas de 80 e 90. Assim como Menem no peronismo, na Argentina, e Carlos Salinas de Gortari, no México, são exemplos desse recuo ideológico. No caso mexicano, Salinas pretendeu, inclusive, refazer a história do México, revalorizando a ditadura porfirista e degradando a revolução mexicana. Era evidente que, nesse contexto, o PRI perdia sua legitimidade. A confusão ideológica permitia transformar o partido fascista da Ação Nacional (PAN) em partido liberal e fazer com que a congregação das forças de esquerda, saídas do PRI ou vindas do Partido Comunista Mexicano, aceitassem a tese de que o PRI se transformava no inimigo principal, definido como uma ditadura populista, enquanto o PAN fascista se transformava num aliado contra essa ditadura.

12 Comunidades rurais criadas pela Revolução Mexicana, em geral de origem indígena.

A decepção do povo mexicano com a experiência dos empresários do PAN trouxe de volta uma perspectiva de esquerda em torno do PRD. Mas não pôde anular totalmente a memória popular em torno da revolução mexicana. As vacilações do PRD e o seu enfoque antipriista terminaram por fortalecer a retomada do PRI. Isso fica mais grave quando o movimento zapatista concentra sua crítica ao processo eleitoral muito mais no PRD, tirando dele um possível apoio desde a esquerda.

Dentro de toda essa confusão ideológica, temos de observar o que realmente se passará dentro do PRI e na relação deste com os outros dois partidos e com o conjunto do movimento popular mexicano. Isso dependerá, em grande parte, das relações com os EUA, muito desgastadas pela crise estadunidense e seus impactos negativos na economia mexicana. A questão da imigração tende a criar um forte sentimento antiestadunidense que a direita do PRI não conseguirá ocultar. A deterioração do tecido social mexicano não poderá ser revertida com políticas econômicas neoliberais. A entrega das riquezas mexicanas, como no caso do petróleo, só agravará a situação.

Poderá o PRI desmoralizar-se totalmente e perder definitivamente sua legenda nacional-democrática? Que alternativa restará para o povo mexicano? A revolução mexicana não foi um movimento conjuntural: ela é herdeira e catalisadora de um processo de longa duração que passa pela integração de grande parte da América do Norte e Central em torno de poderosas civilizações e de uma história colonial de opressão sobre esses povos desprezados e submetidos.

O que mudou para criar essa impressão de que essa grande odisséia nacional-democrática é uma simples expressão do passado? Na verdade, dois fenômenos alteraram definitivamente essa situação.

Em primeiro lugar, a meta da industrialização está superada. Alguns países a alcançaram quando era possível se industrializar em um quadro nacional, e quando a indústria era a ponta do desenvolvimento econômico moderno. Hoje em dia, a indústria está baseada em escalas de produção planetárias ou continentais, raramente nacionais ou regionais e muito menos locais. Isso converteu a industrialização em um processo planetário, que se ramifica por países e regiões, mas se trata, em geral, de partes de um sistema mais amplo.

Em segundo lugar, o agente privilegiado de uma industrialização tradicional, que eram os empresários nacionais, foi substituído por grandes unidades produtivas nacionais ou internacionais, em muitos casos globais.

Ademais, o domínio do setor financeiro sobre os centros de decisão econômica transformou a burguesia financeira ou seus intermediários em agentes privilegiados das políticas econômicas. Eles encontraram na tecnocracia estatal, formada nas universidades de ponta internacionais, seus mais notórios operacionalizadores.

A ideologia tecnocrática substituiu o ambiente ideológico romântico e mobilizador de massas, dos anos 1920 e 1930, e suas expressões mais profundamente fundadas nos anos do pós-guerra até os anos 1970. A nova tecnocracia é formalista em vez de teórica e é pragmática em vez de mobilizadora. Suas expressões artísticas são abstratas e formalistas, descontextualizadas e a-históricas. Suas ambições históricas têm fim com a obtenção de uma boa comissão ou intermediação financeira ou comercial. Portanto, a retomada das bandeiras latino-americanas devem ser analisadas nesse contexto pragmático. Eles não querem participação de nossos povos, nem boleros, nem bossa nova, nem salsa (ainda que a expansão da população latina nos Estados Unidos tenha transformado essas expressões da sensibilidade latina em fonte de bilhões de dólares de renda para a indústria do espetáculo).

Devemos incluir o programa de cooperação regional apresentado pelo presidente Fox nesse contexto. Tratava-se fundamentalmente de objetivos comerciais, especialmente importantes para o México, que já estava afogado no êxito de suas exportações para os Estados Unidos, através de empresas *maquiladoras* ou de estratégias mais amplas como a das empresas montadoras de automóveis.

O Brasil é hoje um *global trader*, segundo o Itamaraty. Exporta, hoje, em proporções iguais para a China, em primeiro lugar, Estados Unidos, Europa e América Latina e um pouco menos para a África que potencialmente deverá aumentar seu peso no comércio exterior brasileiro. Os formuladores da política brasileira desejam manter esse perfil, mas invejam o México pelo grande crescimento de suas exportações.

Particularmente os empresários brasileiros ou internacionais que dominam a indústria e os negócios do país querem mais comércio com o México, porém desconfiam, assim como os militares e os diplomatas, da capacidade do México de sustentar uma aliança com o Brasil, a Argentina e o Chile tal como propôs Fox, excluindo sintomaticamente a Venezuela, com a qual tem em comum, sobretudo, o petróleo. Seu sucessor, Felipe Calderón, foi incorporado ao governo por escassíssimos votos, desafiado

pela oposição do PRD, que estabeleceu um governo paralelo e arrinconado pela oposição do PRI, que se mostrou em plena restauração. Ao mesmo tempo, a pretensão de levar adiante uma guerra antidroga se afundou num mar de violência que aumenta a oposição do povo mexicano a essa experiência neoliberal *sui generis*.

De qualquer forma, pode-se dizer que existem novas forças se mobilizando no continente. E, apesar de suas motivações tecnocráticas e comerciais e, sobretudo, o medo de provocar novas tentativas de ditaduras militares, os antigos donos do poder não devem se esquecer que estão se movendo sobre um grande vulcão.

No final do século XIX, as perspectivas modernizadoras da região eram comandadas pelas oligarquias tradicionais e seus autocratas ilustrados. Eles acreditavam poder despertar a região deixando seus povos na miséria. Os militares modernizadores, dos anos 1960 e 1970, também acreditavam que o desenvolvimento era uma questão de tecnologia e não de distribuição de renda e de avanço educacional e cultural de seus povos.

São muitos os fracassos e poucas as lições retiradas pelas nossas elites dessa história que muitos desconhecem. Afinal, não a contaram nas universidades “de ponta” que frequentaram.

E, afinal, quem pode saber mais que os seus mestres?

Mudanças à vista

O que está acontecendo? De um lado, desde 2000, instaura-se um governo da direita ideológica nos Estados Unidos e uma conduta imperial que nega o multilateralismo e afirma a hegemonia indiscutível do centro imperial. Aumentam os gastos militares e as pressões por uma adesão incondicional dos aliados ao governo norte-americano. Apesar de essa política ter sido rejeitada eleitoralmente com a derrota de Bush Jr., Barack Obama, seu sucessor, termina por dar continuidade a essa política de expansão de gastos militares, com pequenas correções advindas do fracasso da invasão do Iraque e do Afeganistão, particularmente a constatação do Pentágono sobre a inviabilidade de manter duas guerras de ocupação ao mesmo tempo. Daí a fixação no Afeganistão como guerra principal, preparando-se para uma ação militar no Irã após a retirada daquele país, ou eventualmente na Síria, que nesse momento é o alvo das conjeturas militares dos Estados Unidos.

Contudo, em relação à América Latina, há dois fatores que obrigam a segurança norte-americana a tratá-la de maneira especial. Em primeiro lugar, a América Latina é um dos principais fornecedores de matéria-prima para os EUA.¹³ No entanto, sobretudo a partir do século XXI, a demanda chinesa passa a absorver a produção mundial de matérias-primas e produtos agrícolas. Como os EUA não podem neutralizar economicamente essa tendência, pois sua demanda não cresce no ritmo intenso como ocorre com a China, devido evidentemente às suas taxas de crescimento muito inferiores, necessita preparar-se militarmente para garantir o acesso a essas fontes cruciais de abastecimento.

Se tomarmos em consideração as tendências de mudanças do padrão tecnológico mundial, acentua-se a demanda de produtos perecíveis, em particular, a demanda de água, que não pode ser transportada facilmente, colocando, assim, a necessidade de uma presença física das forças militares estadunidenses no subcontinente latino-americano. Daí o desenvolvimento dos planos estratégicos que vão desde o sul do México e a América Central emendando-se com o Panamá; o Plano Colômbia que articula a América do Sul com essas regiões; as clássicas operações no Caribe; a forte intervenção no Peru; a base militar do Equador, hoje questionada; a base militar no Paraguai e as tentativas de golpe de Estado na Bolívia para resgatar, pelo menos, os departamentos da meia-lua. Em paralelo, o fracasso da tentativa de montar uma base militar em Alcântara no Maranhão que é, junto com a importância estratégica de Fernando de Noronha, um objetivo crucial para o controle do Atlântico Sul. A reestruturação da IV Frota tem por objetivo articular esse conjunto de ações militares para operar num período posterior, mas não muito distante.

O segundo fator que determina a política estadunidense na região é a presença demográfica significativa dos latinos nos EUA, tendo a fronteira do México como instrumento crucial como passagem para os EUA. Como os latinos já são a primeira minoria “étnica” nos EUA, a influência de uma América Latina mais à esquerda e claramente anti-imperialista pode se exercer cada vez mais profundamente sobre essa população. Se essa situação se converte num movimento político, como ocorreu em grande parte com os afro-americanos, e se combina, de alguma forma, com a forte imi-

13 Ver Mónica Bruckmann. *Recursos naturales y la geopolítica de la integración sudamericana*. Lima: Instituto Perumundo-Fondo Editorial J. C. Mariátegui, 2012. Há também as edições equatoriana e venezuelana, além das versões virtuais reproduzidas da edição da Alai.

gração asiática e islâmica, pode-se produzir uma situação política extremamente contestadora das forças sociais pró-imperialistas nos Estados Unidos.

Isso obriga o *establishment* estadunidense a buscar um projeto cultural e um projeto político que lhe permita manter as condições de monitoramento do subcontinente. A política de boa vizinhança estabelecida por Roosevelt não dispõe de mecanismos muito favoráveis atualmente, sobretudo depois das experiências dos golpes militares e regimes parafascistas, de 1960 ao começo de 1980. Mais grave ainda, do ponto de vista militar, o apoio à Inglaterra na invasão das ilhas Malvinas rompeu definitivamente a força ideológica do pan-americanismo e retirou da direita militar o controle ideológico até então exercido pelo mito do pan-americanismo. Com todas essas mudanças baseadas na prepotência de um poder decadente, podem-se compreender as vacilações e dificuldades diplomáticas dos governos dos EUA em todo esse novo período. É claro que uma América Latina orientada para uma posição de centro-esquerda e anti-imperialista, com maioria eleitoral, transforma-se num dado crucial de uma equação que pretenda articular e apoiar as metas de segurança do imperialismo estadunidense.

Do outro lado, cresce nessa região, mais diretamente submetida à dominação imperial, uma nova liderança política com tradição de centro-esquerda, assim como novos movimentos sociais com inspiração política anti-imperialista. Se fizermos um balanço da situação latino-americana, essa não parece refletir o que se passa na metrópole, mas sim, ao contrário; a região parece evoluir na direção oposta. Não foi sem razão que o gerente geral do Fundo Monetário Internacional nomeou, no ano 2010, uma comissão para explicar o que ocorre na América Latina.

No México, assistimos à queda do prestígio político do PAN, abrindo caminho para uma nova configuração política ainda indefinida. Ao mesmo tempo, os zapatistas do subcomandante Marcos voltam a surgir no cenário nacional como consequência do aprofundamento do conflito em Chiapas. Tudo indica que as eleições de 2006 foram ganhas por López Obrador, candidato presidencial do Partido Revolucionário Democrático que teria sido esbulhado pelo governo anterior, assegurando a vitória de seu candidato (Felipe Calderón) por métodos corruptos. López Obrador, de maneira insólita, negou-se a aceitar a decisão da justiça eleitoral e formou um governo rebelde, recusando-se a dialogar com o governo

oficial. Nas eleições de 2012, ele se candidatou por um enorme movimento popular que prometia exercer um papel radicalizador do ambiente político mexicano, capaz de fazer tremer seu gigantesco vizinho. A sua derrota nas urnas não convenceu seus militantes e uma grande parte da população mexicana da correção do processo eleitoral. Provavelmente, essa força social continuará a crescer enquanto o PRI não poderá dar consequência ao programa ultraliberal que o seu candidato presidencial parece defender. Muita água vai rolar ainda nesse caldeirão de conflitos não resolvidos.

Em Cuba, Fidel Castro mantém sua posição de centro da unidade nacional enquanto recupera sua economia, apesar do bloqueio comercial norte-americano cada vez mais desmoralizado. Ele foi substituído por Raúl Castro, mas a direção continua a mesma dos líderes históricos da revolução, ainda que com matizes. Na Venezuela, cresceu a radicalização em torno do projeto de Hugo Chávez, sobretudo depois da tentativa frustrada de golpe de Estado contra ele. Esse projeto foi se afirmando através de vários processos eleitorais, o que submete o processo revolucionário venezuelano a uma constante mobilização popular, que não só se manifesta nas eleições, mas também no avanço das organizações comunitárias e nas várias formas de intervenção dos movimentos sociais na formulação e gestão das políticas governamentais. Passado o primeiro momento de inconformismo da direita venezuelana com vitória de Maduro, trata-se agora de enfrentar as dificuldades econômicas para retomar o papel exercido, até então, pelo chavismo, agora sem Chávez.

Como vimos, na Venezuela, em 1992, tentou-se impor uma política exigida pelo Fundo Monetário Internacional, aplicada pela presidência da Adecó e apoiada pela democracia-cristã. A resposta foi um impressionante levante de massas que tomou toda a cidade de Caracas, conhecido como Caracazo, que foi brutalmente reprimido pelas forças armadas, o que provocou o levante de um grupo de oficiais e soldados que se opuseram ao uso das forças armadas para reprimir tão violentamente a população. Na liderança desse grupo, apareceu a figura do comandante Hugo Chávez. Reprimidos, esses se entregaram e foram processados e, alguns anos depois, Chávez foi anistiado junto com outros e passou a dirigir um movimento com forte apoio popular que o levou a disputar a presidência da República.

Nas eleições venezuelanas, a evolução de Chávez, desde sua vitória em 1998, foi a seguinte: nessa primeira eleição vencida por Chávez (candi-

dato pelo Movimento V República — coalizão Polo Patriótico¹⁴) vence com 56,2%, segunda maior percentagem em quatro décadas. Em segundo fica Henrique Salas Römer (39,97%), empresário, economista e governador de Carabobo, postulado por um partido fundado por ele mesmo, o democrata-cristão Proyecto Venezuela, e apoiado a uma semana das eleições pelos tradicionais partidos Acción Democrática (AD), de linha social-democrata e Comité de Organización Política Electoral Independiente (Copei), democrata-cristão, que retiram suas candidaturas como tentativa desesperada de evitar a eleição de Chávez. Esses partidos, do pacto de Punto Fijo,¹⁵ mantinham-se no poder desde 1958, com o fim da ditadura de Marcos Pérez Jiménez, num sistema bipartidário composto por AD e Copei. Com a vitória de Chávez, estava findo o *sistema puntofijista*. Chávez, então, já em 1999, propõe e aprova uma nova Constituição.

Em 20 de julho de 2000, com a nova constituição, Chávez reelege-se com uma votação ainda maior: 59,7%. Em segundo lugar, fica Francisco Arias Cárdenas (La Causa Radical) com 37,5%. Ele é eleito, assim, já nos marcos da nova Constituição.

Em 3 de dezembro de 2006, nova vitória de Hugo Chávez, ainda com maior percentagem: 62,84% contra os 36,90% de Manuel Rosales, já apresentando um programa de transição ao socialismo. Essa eleição se dá quatro anos após a tentativa frustrada de golpe de Estado. Há claramente uma ampliação do campo revolucionário, pois, além do MVR, Chávez é apoiado por outros 24 partidos,¹⁶ ao mesmo tempo que há uma tentativa — malsucedida eleitoralmente — de aglutinar todas as forças opositoras, com um amplo e variado leque de orientações, desde a ultra-esquerda até a direita, com uma coalizão de 43 organizações políticas em torno de Rosales, incluindo as tradicionais AD e Copei.¹⁷ Em 7 de outubro

14 Composta também por o Movimiento Al Socialismo, o Partido Comunista de Venezuela, o Movimiento Electoral del Pueblo e outros.

15 Originalmente, também era composto por Unión Republicana Democrática (URD), que se retira do pacto em 1962, por suas divergências com o governo de Rómulo Betancourt da AD.

16 Podemos, PPT, PCV, MEP, UPV, Liga Socialista, Tupamaro, Gente Emergente, Migato, Unión, MDD, CMR, CRV, IPCN, MCM, MCGN, Poder Laboral, Onda, MNI, UPC, Facoba, Proven e as Redes.

17 Entre as principais estavam: Un Nuevo Tiempo, Copei, Acción Democrática, Primero Justicia, MAS, LA CUSA R, Un Solo Pueblo, Bandera Roja, Convergencia, Izquierda Democrática, Polo Democrático, SI, Movimiento Republicano, URD, MIN-Unidad, Solidaridad, Apertura, Visión Venezuela, Visión Emergente, Venezuela de Primera, Fuerza Popular, Fuerza Liberal, Democracia Renovadora, Fuerza de la Gente, Imagen Democrática, ONI, Solución, PQAC, IPV, INCVF, LA Llave, Renace, Venezuela Somos Todos, NED, Electores Libres, Pensamiento Nacional, Movimiento Laborista, Encuentro, Acción Agropecuaria, AME, PPI, Constructores de un País, Dignidad Patriótica e Piedra.

de 2012, houve novas eleições, com Chávez apresentando-se novamente para a reeleição já nos marcos de nova legislação que permite reeleição sem restrições, como na Europa parlamentarista. Sua nova vitória consagrou uma percentagem sempre superior aos 50% e pode-se apreciar o caráter cada vez mais coletivo do processo revolucionário venezuelano nas eleições para governador, nas quais o Partido Socialista alcançou a vitória na maioria dos estados.

A morte de Hugo Chávez no começo do seu novo período presidencial produziu um grande vazio e uma comoção impressionante que impeliu a eleição do candidato que ele apontou quando foi informado da proximidade de sua morte, seu ministro do Exterior, Nicolás Maduro. Chávez deixou um testamento político que elaborou para sua eleição de 2012. Trata-se de uma proposta de aprofundamento do conteúdo bolivariano e socialista de seu governo que deverá ser cumprido pelo seu sucessor vitorioso nas urnas.

Como já assinali, mas gostaria de reafirmá-lo: nos marcos do processo que se abriu com a vitória de Chávez, começam transformações importantes em outros países da região.

Na Bolívia, em 30 de junho de 2002, o industrial Gonzalo Sánchez de Lozada (Movimiento Nacionalista Revolucionario [MNR]) tem 22,5% e Evo Morales (Movimiento al Socialismo [MAS]), importante dirigente do movimento indígena e cocalero tem 20,9%, ganhando o segundo lugar por pouco mais de 700 votos de Manfred Reyes Villa (Nueva Fuerza Republicana [NFR]), também com 20,9%. Não havendo nenhum candidato com maioria, os dois primeiros foram colocados a votos no Congresso, onde venceu Lozada por 84 votos contra 43 para Morales. Lozada era intrinsecamente ligado aos interesses estadunidenses, país onde morou muitos anos, desde criança, inclusive falava o castelhano com dificuldades e o inglês com fluência, sendo chamado popularmente por isso de “gringo”. Sua política econômica neoliberal, ante a principal riqueza boliviana, o gás, levou a uma grande ascensão popular, que lembrava os processos revolucionários anteriores, em particular o de 1952. Essas mobilizações e greves foram denominadas de Guerra do Gás, pois nelas os movimentos indígenas e operários exigiram a nacionalização dos hidrocarbonetos. Os movimentos sofreram brutal repressão, que terminou com a renúncia de Lozada e sua fuga para os EUA, em outubro de 2003.¹⁸ Seu vice-presiden-

18 Em 2005, a justiça boliviana o processou pelo delito de genocídio: foram 60 mortos e 151 feridos na repressão em outubro de 2003. Em 2007, foi considerado foragido, o que tornam imprescritíveis os crimes imputados a ele de genocídio e de delitos conexos: homicídio, lesões

te, Carlos Mesa, também teve de renunciar dois anos depois, diante das novas mobilizações, sendo substituído pelo então presidente da Corte Suprema de Justiça Eduardo Rodríguez Veltzé, após a demissão dos presidentes do Senado, Hormando Vaca Díez, e da Câmara de Deputados, Mario Cossío. O Congresso o elegeu e este exerceu o cargo até a eleição seguinte.

Em 18 de dezembro de 2005, ocorre a histórica vitória de Evo Morales (MAS), primeiro presidente indígena num país onde são a maioria, com 53,72% contra os 28,62% de Jorge Quiroga (Poder Democrático Social [Podemos]). Em 6 de dezembro de 2009 há a reeleição de Evo Morales com 64,22%. O segundo colocado Manfred Reyes Villa (Plan Progreso para Bolivia — Convergencia Nacional), com 26,46%, vence em três dos quatro departamentos da meia-lua, demonstrando que a divisão nacional e étnica mantém-se grande com a resistência dos setores mais privilegiados e brancos contra o governo de Evo.

No Equador, o processo político viveu um período muito conturbado, de 1997, com a queda do presidente Abdalá Bucaram Ortiz, até a posse de Rafael Correa, em 2007. Bucaram foi eleito no segundo turno, em 1996, e teve um curto governo de pouco mais de seis meses, contestado pelos escândalos de corrupção, sua política econômica neoliberal e sua “excentricidade”. Em 1997, após mobilizações populares, foi deposto pelo Congresso e exilou-se no Panamá.

Em julho de 1998, no segundo turno, vence Jamil Mahuad (Democracia Popular) com 51,3% contra os 48,84% de Álvaro Noboa (Partido Roldosista Ecuatoriano). Mahuad, como deputado, participou ativamente no ano anterior das mobilizações contra Bucaram. Com políticas neoliberais, ele também acaba caindo pela contestação popular. O motivo de sua queda foi ter realizado uma operação de salvamento de bancos equatorianos (durante seu governo faliram mais de dez bancos e instituições financeiras) que sugou os recursos públicos e levou a um feriado bancário, ao congelamento de depósitos e à quebra econômica do país, na maior crise em setenta anos. Ao socorrer os bancos, emitiu desenfreadamente dinheiro, levando à disparada da inflação e à desvalorização do sucre equatoriano. Como solução improvisada, ele dolariza, no início de 2000, o Equador. No fim de janeiro, ele é deposto por uma rebelião de militares

gravíssimas, lesões graves e leves, lesões seguidas de morte, privação de liberdade, abusos e torturas, delitos contra a liberdade de imprensa, invasão de domicílio, resoluções contrárias à Constituição e descumprimento de deveres. O Governo americano se recusa a extraditá-lo.

de baixa patente e indígenas liderado pelo coronel Lucio Gutiérrez (que será eleito posteriormente presidente) e é substituído pelo vice-presidente Gustavo Noboa. Como frequentemente ocorre nesses casos, muda-se para os EUA (depois de ter recebido acolhida de Fujimori), mesmo existindo ações judiciais contra ele.¹⁹

Noboa manteve a dolarização e ampliou as políticas de direita de Mahuad. Mas, graças a uma grande campanha, acaba anistiando os participantes da rebelião de 21 de janeiro de 2000. Após sair do governo, também terá de se exilar (na República Dominicana) acusado de malversação de fundos na renegociação da dívida. Nas eleições de 2002, foi eleito no segundo turno o líder da rebelião de 2000, Lucio Gutiérrez (Partido Sociedad Patriótica 21 de Enero / Pachakutik) com 54,79% contra o magnata da banana Álvaro Noboa (Partido Renovador Institucional de Acción Nacional [Prian]) que teve 45,21%. Ele é eleito prometendo mudanças, como o combate à corrupção, à desigualdade racial e à pobreza. Mas faz exatamente o contrário no governo, traíndo suas promessas e mantendo a dolarização (de que antes se dizia contrário) e implantando medidas de austeridade que incluíam cortes de eletricidade e racionamento de alimentos. Quando, em abril de 2005, a Suprema Corte, com nomeados por Gutiérrez, anula as sentenças de Bucaram (que Gutiérrez busca como aliado), as manifestações massivas retornam e também Gutiérrez é deposto pelo Congresso e se asila na Colômbia, sendo preso, em 2005, quando retorna ao Equador e liberado meses depois. Seu vice assume e permanece no poder até a posse do novo presidente Rafael Correa. Este vence numa reviravolta: no primeiro turno, em 15 de outubro de 2006, Álvaro Noboa (Prian) teve 26,83% contra 22,84% de Rafael Correa (Alianza Pais — Patria Altiva y Soberana) e Partido Socialista — Frente Amplio), contudo, no segundo turno, Correa vence com 56,67% contra 43,33% de Noboa.

Ao contrário de seus antecessores, Correa não frustra suas promessas de campanha e inicia o que ele chama de Revolução Cidadã. Entre suas medidas, não renova a concessão de base militar estadunidense, revê contratos petrolíferos, convoca uma Assembleia Constituinte, aprovada pela população em referendo constitucional, em 2008, e se junta à Alba. Em 2009, vence no primeiro turno as eleições, já sob a égide da nova Carta

19 Por violação das garantias constitucionais dos equatorianos por decretar o congelamento dos depósitos bancários e a dolarização da economia; extrapolação de suas funções e abuso de poder na tomada dessas; e uso ilegal de fundos doados por importantes empresários na campanha presidencial de 1998.

Magna, e com 51,99% derrota Lucio Gutiérrez (Sociedad Patriótica) que teve 28,24% e Álvaro Noboa (Prian) com 11,40%.

Na América Central, vemos os Sandinistas vencerem na Nicarágua, em 2006, e a Frente Farabundo Martí em El Salvador, em 2009. Ambos chegaram ao governo por processos eleitorais e com um acúmulo de forças histórico, tanto nas lutas como em sua expressão eleitoral. Na Nicarágua, em 2001, há a vitória de Enrique Bolaños Geyer (Alianza por la República [Apré]) com 56,3%, mas o líder histórico da Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), Daniel Ortega, alcança 42,3%. Em 2006, finalmente a vitória da FSLN, com Daniel Ortega tendo 38,07%, contra os 29% de Eduardo Montealegre (Partido Alianza Liberal Nicaraguense). Em 2011, reeleição de Ortega com larga maioria (62,66%), derrotando o candidato Fabio Gadea do Partido Liberal Independiente com 31,13%. Em El Salvador, ocorre um lento, mas importante avanço das votações da FMLN, que leva a vitória em 2009. Em 1999, o candidato Facundo Guardado teve 29,05%; em 2004, com Schafik Handal, obtém 35,68%; e, na vitória em 2009, com Mauricio Funes, tem 51,32%.

Mas o mais surpreendente é a vitória esmagadora da centro-esquerda no Brasil, sob o comando do Partido dos Trabalhadores, com fortes raízes no movimento operário e nos movimentos sociais alternativos.

A vitória de Lula no Brasil é vista inclusive como um catalisador desse estado de espírito contestatório ainda que moderado. Apesar de o governo Lula incorporar forças de centro extremamente importantes, teve de abrir um espaço para a esquerda do Partido dos Trabalhadores e dos partidos aliados de esquerda, como o Partido Comunista do Brasil, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Democrático Trabalhista.

Diferentemente de outros processos, a vitória do PT, em 2002, se dá fora dos marcos de uma ascensão de massas tão ampla, como vimos nos outros processos latino-americanos, e sem crises políticas mais imediatas. Contudo, como já dito, esta vitória reflete um acúmulo de forças que vinham desde antes do fim da ditadura militar, com o movimento operário no ABC paulista, liderado por Lula, a maior liderança operária brasileira, no último quartel do século XX. Foram lutas que corroeram a ditadura militar e entraram pelos anos 1980, em particular expressando-se nas gigantescas manifestações pelas Diretas Já e em lutas econômicas importantes, que incluem fortes greves gerais. À derrota eleitoral, em 1989, seguem-se as manifestações do Fora Collor, de 1992, onde o protagonismo já não

é mais sindical, mas torna-se estudantil. Durante os anos de governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir da derrota da greve petroleira, logo no começo desse governo, passou-se por um período de refluxo dos movimentos de massa — com exceção do Movimento Sem Terra. Ao mesmo tempo, se estabelece no país uma clara hegemonia do pensamento único neoliberal que teve características próprias, como demonstramos nos vários capítulos do nosso livro a ser publicado *Desenvolvimento e civilização — uma homenagem a Celso Furtado*.

O desgaste do pensamento único diante do fracasso do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, leva à vitória da alternativa petista, a qual não rompe completamente com o governo anterior, pois assume compromissos com o setor financeiro expressos em sua “Carta ao povo brasileiro”, apelidada por parte dos movimentos sociais de “Carta aos banqueiros”. Contudo, com os avanços implantados, ainda que alcançados em relação a países vizinhos, consolida-se eleitoralmente, fazendo inclusive a sucessora, como se pode ver na progressão eleitoral, desde 1998, ano da última derrota, até 2010, ano da última vitória. Na reeleição de Fernando Henrique Cardoso, Lula é derrotado sem a necessidade de segundo turno, onde o candidato do PSDB recebe 53,06% contra os 31,71% do petista, que era o teto histórico de um terço dos votos que o PT vinha mantendo nas eleições presidenciais. Em 2002, Lula quase vence no primeiro turno, com 46,47%, e José Serra (PSDB) obtém apenas 23,19%. No segundo turno, temos a vitória acachapante de Lula com 61,28% contra 38,72% de Serra.

Em 2006, Lula fica ainda mais próximo de vencer no primeiro turno, com 48,61% contra 41,64% de Geraldo Alckmin (do PSDB). Mas no segundo turno, garante sua reeleição com 60,83% contra 39,17% de Alckmin, que tem uma percentagem de votos menor que no primeiro turno, graças à campanha petista que associou o PSDB às privatizações, amplamente repudiadas ainda pela população. Legalmente impedido de tentar mais uma reeleição, Lula lança uma figura pouco conhecida das massas, mas de muita confiança sua, Dilma Rousseff, que também derrota José Serra (PSDB) no segundo turno com 56,05% contra 43,95% do tucano (no primeiro turno, a petista teve 46,91% contra 32,61% de Serra). Claramente uma vitória ligada ao projeto do governo e à figura de Lula, e não à figura pública de Dilma, quase desconhecida anteriormente pelas massas, de perfil mais técnico e não vindo dos movimentos de massa como

Lula. Não se deve desdenhar, contudo, a disposição favorável ao papel de “boa gestora” do Estado que Dilma transmite. Ela se reforça, sobretudo, quando as pressões políticas por barganhas de poder dentro do Estado são rejeitadas em nome da execução correta dos objetivos programáticos que ela defendeu na campanha. A falta de um respaldo ativo de massas para seu governo e de uma articulação política que sustente seu governo com um programa mais avançado que o do período anterior, de Lula, vem minando em grande parte sua liderança, mas a oposição fundada nos governos FHC não consegue oferecer uma “alternativa para adiante” que a maioria do povo brasileiro tanto aspira.

No Uruguai, ocorre um processo semelhante ao brasileiro pela ausência de movimentos massivos recentes. Em 1999, o candidato da Frente Ampla, Tabaré Vázquez quase vence. No primeiro turno, ele tem 40,10% e seu adversário Jorge Luis Batlle Ibáñez (Partido Colorado) tem 32,8%. No segundo turno, há uma reviravolta e Batlle vence com 54,13% contra 45,87% de Tabaré, e consegue manter por mais um mandato o Partido Colorado no poder, que, à exceção de dois governos do Partido Nacional (Blanco), esteve no governo durante os períodos democráticos. Em 2004, porém, a Frente Ampla, coalizão composta por socialistas, comunistas, tupamaros, ex-comunistas, socialdemocratas entre outros, vence as eleições no primeiro turno. Tabaré com 50,45% derrota Jorge Larrañaga (Partido Nacional) com 34,3% e Guillermo Stirling (Partido Colorado) com 10,36%. Cinco anos depois, nova vitória da Frente Ampla, com a eleição de José Mujica. Dessa feita, a vitória vem no segundo turno, com Mujica conseguindo 52,39% (47,96% no primeiro turno) contra Luis Alberto Lacalle (Partido Nacional) com 43,51% (29,07% no primeiro turno).

Na Colômbia, as Farc e o ELN sobrevivem a uma tentativa de liquidação militar. Nas eleições, deve-se chamar a atenção para a baixa participação eleitoral, que está sempre em torno a 50% ou menos. No primeiro turno de 1998, a participação foi de 51,12%, alcançando o auge do período observado no segundo turno, com 58,85%. Já em 2002, afluíram para votar no único turno que ocorreu apenas 46,47% dos eleitores. Em 2006, menos participação ainda: 45,11%. E, se em 2010, no primeiro turno, houve crescimento da participação, com 49,27%, no segundo turno ocorre a participação mais baixa de todas no período, apenas 44,33%. Ou seja, o presidente eleito Juan Manuel Santos foi eleito por apenas 30,15% (13 milhões) dos cidadãos inscritos para votar (quase 30 milhões). No

segundo turno, nesse ano, os votos brancos e nulos somaram quase 650.000 votos. Isso revela uma perigosa perda de legitimidade eleitoral. Agrega-se a isso a destituição de mais de cinquenta deputados do partido do governo por vínculos comprovados com o tráfico de drogas, segundo a justiça colombiana.

No Peru, depois da derrubada do ditador Fujimori, em 2001, recupera-se o prestígio do Apra e renascem as forças da esquerda unida que chegaram a ser majoritárias nos anos 1970. Em 2001, o candidato derrotado um ano antes por Fujimori, Alejandro Toledo, do partido Perú Posible, derrota o candidato do Apra, Alan García (com 36,51% contra 25,77%, no primeiro turno, e 53,1% contra 46,9% no segundo). Por sua vez, o candidato do Apra vence as eleições seguintes, de 2006, derrotando, no segundo turno, Ollanta Humala (UPP),²⁰ acusado de “agente” do presidente da Venezuela Hugo Chávez. No primeiro turno, Humala tem 30,61% contra 24,32% de Alan García (Apra), mas no segundo, este tem 52,62% contra 47,38% de Humala.

Em 2011, Humala, principal líder de uma frente de esquerda nacionalista com apoio das forças de esquerda em geral, derrota Keiko Fujimori (Fuerza 2011), filha de Alberto Fujimori. A coligação liderada por Humala, a Alianza Gana Perú, era composta pelo seu Partido Nacionalista Peruano (PNP) e forças de esquerda, como o Partido Comunista do Peru, o Partido Socialista do Peru, o Partido Socialista Revolucionário, o Movimiento Político Voz Socialista e um setor importante do Movimiento Político Lima para Todos, com um programa progressista. Ele tem, no primeiro turno, 31,72% contra os 20,65% de Keiko Fujimori e, no segundo turno, 48,2% contra os 45,49% de Keiko. Contudo, ao assumir o governo ele abandona rapidamente vários aspectos centrais de seu programa progressista, produzindo a saída de importantes ministros da esquerda de seu governo.

Na Argentina, é desmoralizada a hegemonia neoliberal que tinha conseguido penetrar o próprio peronismo com Menem na cabeça. Ocorre, finalmente, o surgimento de uma esquerda com perspectivas de massas e vitoriosa eleitoralmente, organizada em torno da família Kirchner, com uma origem provincial e afastada do aparato central de poder do peronismo. Como na Bolívia, no Equador, Venezuela, Nicarágua ou El Salvador, antes

²⁰ O seu partido, o Partido Nacionalista Peruano (PNP) formara-se há pouco e ainda não tinha inscrição eleitoral, e a Unión por el Perú (UPP) estando coligada, lança-o como candidato convidado. Por isso, oficialmente, ele é candidato pela UPP.

das vitórias eleitorais, passa-se por períodos agitados de lutas de massa. Em 1999, já com o desgaste do projeto neoliberal e o impedimento legal de Menem de candidatar-se numa segunda reeleição (a primeira foi em 1995), o partido justicialista lança como candidato Eduardo Duhalde, que é derrotado por Fernando de la Rúa (Alianza por el Trabajo, la Justicia y la Educación²¹), que capitaneava uma frente de centro-esquerda, por 48,37% a 38,27%. Contudo, o novo presidente não chega ao fim de seu mandato. No fim desse ano, a situação financeira da Argentina, como reflexo das medidas neoliberais tomadas pela dupla Menem-Cavallo e re-receitadas pelo FMI, tornou-se crítica: uma dívida externa de US\$ 144,6 bilhões, ao fim de 1999, e que se aproximava dos 50% do PIB, estimada pelo Banco Mundial, na época, em US\$ 283,52 bilhões e a aceleração rápida do déficit nas contas externas e nas contas internas do governo. Colaborou para isso o peso sobrevalorizado legalmente e artificialmente atrelado ao dólar. Isso gerou um ambiente propício à especulação internacional, com a desconfiança dos investidores, o que leva à suspensão dos investimentos diretos, apesar de um empréstimo *stand-by* do FMI de US\$ 7,4 bilhões.

De la Rúa busca solucionar a crise nomeando exatamente um dos principais culpados por ela, Domingo Cavallo, para o Ministério da Economia, que implanta as medidas de austeridade exigidas pelo Fundo, como aumento de impostos e os cortes orçamentários, que obviamente não resolvem a crise. Com a corrida aos bancos, após a negativa do FMI de um novo empréstimo ocorrida em dezembro de 2001, o governo decreta o *corralito*, que congelou os depósitos dos poupadores e estabeleceu limites semanais para a retirada de fundos. Isso provoca um levante social, a queda de Cavallo e De la Rúa e uma situação de implosão momentânea do poder político se instala (além da moratória).

Caíram presidentes um atrás do outro, cinco em poucos dias, até assumir Eduardo Duhalde, que permanecerá até as novas eleições, em 2003. Nessas, Carlos Menem (Frente por la Lealtad²²) candidata-se e tem 24,45%

21 Coalizão composta por Unión Cívica Radical (UCR) e Frente País Solidario (Frepa-so), conformada em 1997.

22 Formada por Conservador Popular, Cambio con Justicia Social, Por un Nuevo Jujuy (Jujuy), Demócrata Conservador (Buenos Aires), Movimiento Popular Unido (Santiago del Estero), Movimiento Popular Cordobés (Córdoba), Todos por los Jubilados (Capital Federal), Movimiento de Acción Vecinal (Córdoba), Opción Federal (Neuquén), Encuentro Popular (Santiago del Estero), Reconquista (Capital Federal), De la Generación Intermedia (Capital Federal), Frente de los Jubilados, Movimiento por la Justicia Social (Buenos Aires).

contra 22,24% de Néstor Kirchner (Frente para la Victoria²³). Como nenhum deles conseguiu 45% dos votos válidos, ocorreria um segundo turno. No entanto, este não acontece. Menem, vendo que perderia, retira sua candidatura (provavelmente para diminuir a legitimidade de Kirchner) e Néstor é automaticamente tornado presidente. Depois de, no governo, retomar às bandeiras nacional-democráticas do peronismo e se negar a aceitar as exigências do FMI e do Banco Mundial, enfrentando as pressões internacionais contra a economia argentina, Kirchner conseguiu recursos para iniciar algumas medidas sociais e atender a enorme massa de desempregados gerada pela crise anterior. Em 2007, sucedendo-o, dá-se a vitória da esposa de Néstor, Cristina Kirchner (PJ), com 44,92% contra 22,95% de Elisa Carrió (Confederação Coalizão Cívica). Da mesma maneira, vence no primeiro turno, em 2011, e reelege-se com 54,11% contra os 16,18% de Hermes Binner (Partido Socialista [PS]).

A política “heterodoxa” dos Kirchner, inclusive com uma vitoriosa renegociação da dívida, reergue o país do abismo em que havia sido jogado pelas políticas neoliberais e provoca um grande consenso em torno das bandeiras nacional-democráticas que apontam uma nova perspectiva de realizações políticas de uma população que alcançou altos índices de desenvolvimento já no começo do século XX. Consolida-se, assim, uma aliança básica com o Brasil para estabelecer uma unidade sul-americana e, possivelmente, latino-americana, dependendo da evolução política do México.

Considerações finais

A verdade é que se deve esperar uma mudança significativa no clima ideológico da região, onde o pensamento único de corte neoliberal havia ganhado uma força impressionante.

Porém, essa mudança não está ainda bem configurada. Não se trata de voltar aos termos do marco ideológico nacional-democrático e popular que serviu de fundamento para os movimentos populistas na região. Não se trata de reviver o movimento guerrilheiro de corte castrista e guevarista

23 Formada por De la Victoria, Nueva Dirigencia (Jujuy), Nueva Dirigencia (Capital Federal), Nacionalista Constitucional, Política Abierta para la Integración Social, Progreso Social (Buenos Aires), Gestión Estado y Sociedad Todos Ahora (Capital Federal), Partido Popular (Corrientes), Acción Popular (Córdoba), Unión Popular (Salta), Movimiento de Renovación Cívica (Jujuy), Acción para el Cambio (Córdoba), Memoria y Movilización Social (Buenos Aires), Memoria y Movilización Social (Capital Federal), Santiago Viable (Santiago del Estero), Frente de Integración Social para un Cambio en Libertad (Mendoza).

que procurou reinterpretar esse quadro nacional democrático em uma forma mais radical.

Devemos lembrar que, nos anos 1960 e 1970, o marxismo teve um desenvolvimento espetacular na região, mas se dividiu em várias correntes que iam desde uma teoria da dependência que resgatava a especificidade da condição de dependência e das realidades latino-americanas, até algumas tentativas de aplicar um esquema ideal de origem stalinista, de inspiração maoísta ou até inspirado em Herver Hoxha, o dirigente albanês.

É importante rememorar que o pensamento conservador produziu também sua versão desenvolvimentista da ideologia nacional-democrática, buscando incorporar as transformações por um desenvolvimento independente e autônomo em um quadro político mais liberal.

Os golpes de Estado iniciados na década de 60 e levados ao seu auge nos golpes militares de corte fascista declarado, como o governo Pinochet no Chile, bateram de frente com essas definições ideológicas. Sua inspiração fascista se inspirava mais nos fascismos subjugados e dependentes como os de Portugal e da Espanha.

Foi no Chile de Pinochet que, como já dito anteriormente, os ultraliberais, derrotados durante a Segunda Guerra Mundial, encontraram um abrigo. O grupo dos economistas de Chicago, centro do enfoque ultraliberal desenvolvido nos encontros da Sociedade de Mont Pèlerin, foi chamado para pôr em prática suas ideias nas condições ideais criadas pela ditadura de Pinochet.

Nada de oposição ativa, uma economia de grande presença internacional através de um produto-chave, o cobre, nacionalizado por Allende e colocado a serviço de qualquer experiência de desenvolvimento econômico, com uma reforma agrária que havia criado as melhores condições possíveis para a modernização da produção agrícola e uma classe dominante coesa — devido ao medo da revolução socialista — foram as bases para iniciar a experiência neoliberal que logo se estendeu para a Inglaterra de Thatcher e para os Estados Unidos de Reagan.

Nos anos seguintes, a experiência neoliberal tentou se impor em todo o mundo, mas teve um êxito especial na América Latina, pressionada pelo seu endividamento internacional e outras aventuras econômicas inspiradas pelas ditaduras militares e pelo domínio do pensamento reacionário.

Esse instaurou-se nas organizações internacionais e em várias universidades até chegar ao controle dos comentaristas econômicos da grande

imprensa e se estender por todos os poros da sociedade, particularmente entre as elites empresariais, políticas, profissionais e burocráticas.

Mas as marcas da modernização neoliberal tiveram seu lado perverso claramente exposto na medida em que avançava a aplicação de seus preceitos à vida econômica das pessoas. O fortalecimento da concentração de renda, o aumento das populações pobres e miseráveis, o crescimento do desemprego e da economia informal, o aumento da dependência econômica, social, política e, sobretudo, cultural, a intensificação da violência e a desintegração das instituições básicas da sociedade foram minando o discurso neoliberal até que as crises econômicas e a volatilidade dos movimentos básicos da vida financeira lhes deram seus questionamentos radicais.

Essa é a situação que assistimos hoje na região. Os enormes aparatos culturais manipulados pelas mídias não conseguem convencer as pessoas dos benefícios das políticas neoliberais. O avanço democrático (que os líderes da proposta neoliberal pensavam controlar sem problemas através do *marketing* eleitoral) começa a minar o projeto neoliberal em todos os cantos do continente.

É claro que essa rejeição popular não comove em nada os neoliberais. Para eles, as políticas econômicas são meras aplicações dos princípios abstratos que manuseiam. O voto só tem sentido como um mecanismo que atenda às ambições de participação das pessoas, aumentando a legitimação do regime e das políticas por eles aplicadas.

Suas gestões foram esmagadoras em sua insensibilidade aos protestos populares. Assim como Pinochet entrou no governo sobre os jorros de sangue dos trabalhadores chilenos, a Sr.^a Thatcher reprimiu com fúria excepcional os mineiros do carvão, na Grã-Bretanha, e Reagan deu uma lição radical nos trabalhadores aeroviários nos Estados Unidos. Esse método, juntamente com as medidas de choque, passou a caracterizar a metodologia das experiências neoliberais.

Em nenhuma parte dessa doutrina a força da representação popular ocupa qualquer espaço. É, portanto, natural que não respeitem a vontade popular expressa nas urnas. Não foram poucos os governos que se elegeram contra a política do FMI e se entregaram a seus princípios “científicos” logo que chegaram ao poder.

É interessante ver, por exemplo, como um governo rejeitado por 70% da população brasileira (de Fernando Henrique Cardoso) tentou impor a seu sucessor as condições para seu governo deixar de ser “demagógico” e

“populista”. Ou seja, os derrotados que levaram o país ao caos e que recebem a rejeição da grande maioria “exigem” do novo governo o abandono das propostas políticas que o levaram ao poder.

Essa visão tecnocrática do Estado e de suas funções é outra característica essencial do neoliberalismo. Trata-se de um programa político profundamente antidemocrático. Isso explica a dimensão do caos que provoca na vida das pessoas que eles desprezam radicalmente. Isso explica também a profundidade da crise em que nos afundamos.

Devemos esperar que se produza uma mudança radical no plano intelectual e não somente no plano político. Necessitamos recompor os elementos-chave de uma nova governabilidade que se apoie mais diretamente na ação organizada e consciente das pessoas. É importante que superemos os obstáculos através de movimentos democráticos e do reforço de nossas instituições democráticas como condição para a mudança. Trata-se de uma colossal maturação da consciência de nossos povos.

Referências

- BRUCKMANN, Mônica. *Recursos naturales y la geopolítica de la integración sudamericana*. Lima: Instituto Perumundo-Fondo Editorial J.C. Mariátegui, 2012.
- DOS SANTOS, Theotonio. *Do terror à esperança: auge e decadência do neoliberalismo*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.
- FATTORELLI, Maria Lúcia & ÁVILA, Rodrigo. *Os números da dívida*. Brasília: Auditoria Cidadã da Dívida, 2011, disponível em <<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Numerosdivida.pdf>>.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GURRIERI, Adolfo. *A obra de Prebisch en la CEPAL*. México, D.F.: Fondo de Cultura Ecnómica, 1982.
- PREBISCH, Raúl. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto-Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- SCHACHT, Hjalmar. *Setenta e seis anos de minha vida*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- STIGLITZ, Joseph. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

Resumo

Após uma extensa dominação ideológica, política e econômica na América Latina, cujos efeitos sociais foram danosos, o neoliberalismo entrou em descrédito. Mas ainda se encontra resistindo em espaços nacionais e locais, dependendo de que evoluam e ganhem consistência os movimentos por sua superação definitiva. Variados problemas, em grande medida decorrentes de sua própria ação, dentre eles o crescimento da dívida pública, dificulta essa superação. É nesse contexto que a América Latina tem conhecido iniciativas políticas e econômicas, dentre elas a Unasul e o Mercosul, além de projetos populares em importantes governos, que abrem novas perspectivas. Um balanço dessas iniciativas, feito neste artigo, aponta para boas expectativas, mas também indica os esforços que ainda são necessários às forças transformadoras para saírem da encruzilhada em direção a um futuro diferente. Mudança radical no plano intelectual, elevação da consciência política, movimentos democráticos e o fortalecimento das instituições que embasam a democracia são alguns desses esforços necessários.

Palavras-chave: Democracia. América Latina. Crise. Governo Popular.

Abstract

After the extensive ideological, political and economic domination in Latin America, whose social effects are harmful, the neoliberalism is getting discredited. But it is still resisting in national and local spaces, depending on which evolve and gain consistent movements for their final overcoming. The most varied problems, largely due to his own action, including the growth of public debt, overcoming this difficult. In this context, Latin America has experienced political and economic initiatives, among them the Unasul and Mercosul, as well as popular designs in major governments, which open new perspectives. An evaluation of these measures made in this article points to good expectations, but also indicates that further efforts are necessary to the transformative forces to leave the crossroads toward a different future. Radical shift in the intellectual area, raising political consciousness, democratic movements and strengthening of the institutions that underpin the democracy are some of the efforts required.

Keywords: Democratic. Latin America. Crisis. Popular Government.